

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR – CONJUNTO

2008/2009



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / EXÉRCITO PORTUGUÊS / FORÇA AÉREA PORTUGUESA

**Portugal nos Conflitos Mundiais do Século XX:
da Estratégia de Intervenção à Neutralidade**

Jorge Manuel Gomes Ribeiro
Major de Infantaria



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Portugal nos Conflitos Mundiais do Século XX: da Estratégia de Intervenção à Neutralidade

**JORGE MANUEL GOMES RIBEIRO
MAJOR DE INFANTARIA**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Lisboa 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Portugal nos Conflitos Mundiais do Século XX: da Estratégia de Intervenção à Neutralidade

**JORGE MANUEL GOMES RIBEIRO
MAJOR DE INFANTARIA**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Orientadores:

- Tenente-coronel de Artilharia
Octávio João Marques Avelar (até 2ABR09)
- Tenente-coronel de Engenharia
Raul Fernando Rodrigues Cabral Gomes

Lisboa 2009



Agradecimentos

Para a realização deste trabalho, no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto, foi importante a colaboração prestada pela Direcção do Curso de Estado-Maior Conjunto, na pessoa do seu Director Sr. Coronel Rui Davide Guerra Pereira, ao qual agradeço as diligências desenvolvidas para que as entrevistas se concretizassem.

Ao corpo docente do Instituto de Ensino Superior Militar, pelos conselhos e incentivo, destacando em especial o apoio prestado pelos meus orientadores, o Sr. Tenente-Coronel Octávio Avelar, pela sua preocupada e constante orientação durante o período de desenvolvimento do trabalho e ao Tenente-Coronel Raul Gomes pelos seus contributos e impulso final. Aos dois, o meu mais profundo agradecimento pela paciência e camaradagem que me dedicaram.

Por último, agradeço aos meus camaradas de curso e amigos do CEMC os bons momentos passados neste ano e meio de partilha de trabalho, ideias e, fundamentalmente, de amizade.

Aos amores da minha vida, Dulce e Gil, pela
sua neutralidade colaborante.



Índice

1. Introdução.....	1
2. Portugal perante a 1ª Guerra Mundial	5
a. Enquadramento político	5
b. A neutralidade não declarada.....	8
c. A 1ª República no período de Intervenção	13
d. Síntese conclusiva.....	15
3. Portugal na Guerra: Organização, preparação e conduta.....	17
a. A Força Expedicionária Portuguesa	17
b. A defesa dos territórios	20
c. Síntese conclusiva	21
4. Portugal perante a 2ª Guerra Mundial	23
a. O Estado Novo nas vésperas da Guerra	23
b. O Estado Novo durante a Neutralidade.....	26
c. A situação interna	32
d. Síntese conclusiva	33
5. A organização militar portuguesa durante a 2ª Guerra Mundial	35
a. No período até à declaração de neutralidade	35
b. Entre Setembro de 1939 a Maio de 1943	36
c. O período a partir de 1943.....	36
d. Síntese conclusiva.....	38
6. Conclusões	39
Bibliografia	42
Apêndice 1 – Corpo de conceitos.....	47
Apêndice 2 – Presidentes e Ministros da 1ª República, durante a IGM	51
Apêndice 3 – As Reformas militares da República.....	52
Apêndice 4 – A organização militar portuguesa durante a I GM.....	54
Apêndice 5 – A organização do Corpo Expedicionário Português	57
Apêndice 6 – Entrevistas realizadas	59



Resumo

Portugal logrou uma posição **dissemelhante** nas duas Guerras Mundiais do século XX. Na Primeira, manteve-se inicialmente numa neutralidade “*não declarada*”, alterando posteriormente a sua posição para uma **intervenção** militar no Teatro Europeu, com uma força expedicionária de cerca de 55000 militares. Os objectivos para a intervenção na Primeira Guerra Mundial foram: a necessidade de garantir a manutenção das colónias; a questão Europeia-Peninsular, consubstanciada na soberania nacional face à Espanha e na limitação da dependência em relação à aliança inglesa, além da credibilização internacional da República Portuguesa; em termos internos, a consolidação político-social do governo e limitação dos efeitos da crise económica que o país atravessava. O governo da 1ª República organizou, preparou e conduziu a sua estratégia militar, tendo por base uma actuação em três frentes de batalha distintas, duas no Teatro de Operações Africano e uma no exterior de Portugal, no Teatro de Operações Europeu, com o envio do Corpo Expedicionário Português (CEP) e o Corpo de Artilharia Pesado Independente (CAPI).

Na Segunda, Portugal manteve a **neutralidade** durante o conflito, embora não tenha sido sempre constante, adaptou-se e evoluiu de uma neutralidade “*geométrica*” e “*equidistante*” para uma neutralidade “*colaborante*”. Como objectivos preconizados pelo Estado Novo, pode-se referir: a neutralidade e com ela a manutenção das colónias, a garantia de soberania sobre os Arquipélagos Atlânticos e a sobrevivência do regime. A neutralidade do Estado português foi várias vezes colocada à prova durante os cinco anos da Guerra, inicialmente com as invasões do território de Timor por australianos e holandeses e, mais tarde, por japoneses; a chegada de tropas alemãs aos Pirenéus e depois a concessão de bases à Inglaterra e aos Estados Unidos da América (EUA) nos Açores.

Em ambas as guerras, os objectivos políticos foram alcançados principalmente através da estratégia diplomática. A 1ª República e o Estado Novo procuraram preparar a componente militar, sendo nas duas evidente a dificuldade em organizar e articular de forma consubstanciada, credível e com meios adequados às capacidades militares para conseguir operacionalizar essa estratégia, quer a sua natureza fosse de intervenção ou de neutralidade.



Abstract

Portugal acted in a **paradoxal** way on both XX Century World Wars. During the first one, initially, assuming “*non declared neutrality*”, later altered its posture to a military **intervention** on the European Theatre of Operations with an expeditionary force of about 55000 soldiers. The proposed objectives for this campaign were: the need to assure the sovereignty over the colonies, the Peninsular-European question, substantiated upon the national sovereignty over Spain and the ties of dependence related to the alliance with the British crown, besides the credibility of the Portuguese young republic, and related to internal affairs, both the social political consolidation and the effects of a grassing economical crisis. The First Republic government organized, prepared its military strategy and conducted on three distinguished fronts. Two on African Theatres of Operations and one abroad, in the European Theatre of Operations, with the deployment of the Portuguese Expeditionary Corps and the Separate Heavy Artillery Corps.

Allover World War II, Portugal managed to keep the **neutrality** throughout all the conflict, though its policy didn't reveal to be continuous. The concept of neutrality evolved from a geometrical and equidistant posture to a more cooperative one. In this conflict, the renowned objectives were: the neutrality with the consequent maintenance of sovereignty over the colonies and the Atlantic Archipelagos, along with sustainability of the regime. Portuguese neutrality was seldom tested during the five years of conflict, initially with the Australian and Dutch followed later by the Japanese invasions of Timor, and later, with the presence of German troops on the Pyrenees and the concession of Azores operational bases both to Great Britain and the United States of America.

During the world wars, the political objectives were achieved mainly due to the diplomatic strategy. The First Republic and the “*Estado Novo*” regime equally looked upon preparing the military, though it was perceptible a significant difficulty to achieve in a solid and credible way their organization and synchronization with the adequate assets to materialize the required military capabilities, in order to conduct that strategy, either it was interventive or neutral.



Palavras-chave

Estado Novo

Estratégia

Dissemelhança

Intervenção

Neutralidade

Política Interna

Política Externa

Primeira Guerra Mundial

Primeira República

Segunda Guerra Mundial



Lista de siglas e abreviaturas

C

CAPI	Corpo de Artilharia Pesado Independente
CEP	Corpo Expedicionário Português

E

EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América

G

GNR	Guarda Nacional Republicana
-----	-----------------------------

H

H	Hipótese
---	----------

I

IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IESM	Instituto de Ensino Superior Militar

M

MUNAF	Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista
-------	---

P

PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
I GM	Primeira Guerra Mundial
II GM	Segunda Guerra Mundial

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

U

UN	União Nacional
URSS	União das Repúblicas Sociais Soviéticas

Z

ZOT	Zona de Operações Terrestres
-----	------------------------------



1. Introdução

a. Contexto

O Século XX foi palco de dois conflitos internacionais que mudaram o mundo: A Primeira Guerra Mundial (I GM), que decorreu no período entre 1 de Agosto de 1914 e 11 de Novembro de 1918, e a Segunda Guerra Mundial (II GM), entre 1 de Setembro de 1939 e 7 de Maio de 1945.

Quanto ao primeiro, Portugal participou com uma força militar, com cerca de 55000 homens do Corpo Expedicionário Português (CEP) e com o Corpo de Artilharia Pesado Independente (CAPI) com cerca de 1300 militares (Oliveira, 1994:254). Nesta altura, o Estado Português debatia-se com uma situação de extrema delicadeza quer na política externa, nomeadamente no relacionamento com a Europa e com o vizinho espanhol e na defesa dos interesses em África, quer na política interna, nas constantes convulsões partidárias, resultantes do processo de afirmação de uma “*jovem*” República. Eram estes os factores que dominavam a actualidade portuguesa, enquanto a Europa se precipitava para a Guerra.

Em relação à II GM, quando a Alemanha invade, em 1 de Setembro de 1939, a Polónia, materializando o início deste conflito, a política interna portuguesa mostrava-se estabilizada no regime do Estado Novo e o Governo apressou-se em declarar a neutralidade (3 de Setembro de 1939), ao contrário do que tinha acontecido na I GM. No entanto, esta neutralidade não foi sempre constante, adaptou-se e evoluiu de uma neutralidade “*geométrica*” e “*equidistante*” para uma neutralidade “*colaborante*”. A neutralidade do Estado Português foi várias vezes colocada à prova durante os cinco anos da Guerra, inicialmente com as invasões do território de Timor por australianos e holandeses e, mais tarde, por japoneses e ainda com a chegada de tropas alemãs aos Pirenéus e a concessão de bases à Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA) nos Açores.

Como refere Vítor Viana, “ *A procura da manutenção do estatuto de neutralidade nos conflitos europeus passou a ser uma constante, a partir do momento em que se iniciou a retracção do império*” (1996:202), ou como escreveu George Kennan¹ (em 1943, encarregado de negócios dos EUA em Lisboa), citado por Fernando Rosas “ *Em todos os conflitos maiores entre um grande poder militar continental e um*

¹ George Kennan, posteriormente embaixador em Moscovo em 1952 e em Belgrado nos anos 60, formulou num artigo publicado anonimamente na revista *Foreign Affairs* – “*The Sources of Soviet Conduct*”, por X – em Julho de 1947, a teoria do “*containment*” (contenção). O seu segundo prémio *Pulitzer* foi-lhe atribuído por *Memoirs 1925-1950*, publicado em 1968, onde descreve a sua experiência em Portugal (Antunes, 1995:11).



grande poder marítimo extra continental, Portugal tem constituído um pomo de discórdia se não um terreno de batalha. As suas fronteiras terrestres, por muito confortavelmente remotas que estejam, são, em última análise, indefensáveis contra o primeiro; a sua costa e o seu império são igualmente indefensáveis contra o segundo. Por consequência, a sua segurança dependeu, sempre da sua capacidade de manobrar, de jogar uma força contra a outra, de se “vender” a ambos os beligerantes na qualidade de neutral” (1996:666). No entanto, constata-se que, nestes dois conflitos, Portugal teve uma posição dissemelhante. Perante este facto, parece pertinente a colocação da seguinte questão: Porquê esta diferença de intervenção?

b. Objectivos da investigação

Para a compreensão das razões desta dissemelhança, constituíram-se os objectivos que fundamentalmente se pretenderam atingir com esta investigação: comparar a estratégia do estado português relativamente à I e II Guerras Mundiais: Em relação à I GM, perceber porquê e como foi Portugal para a Guerra; relativamente à II GM, compreender como conseguiu Portugal manter a neutralidade e como se organizou militarmente face ao conflito.

c. Delimitação do tema

Nestes dois períodos da História de Portugal e do Mundo, procurou-se focar os aspectos principais e mais relevantes, de modo a perscrutar os factores que estiveram presentes na definição dos objectivos e Estratégia do Estado nestas duas Guerras Mundiais. Quanto à IGM, direccionou-se o estudo para três fases: a primeira, até à decisão política de envio da força militar para a França; a segunda, durante a presença militar no Teatro de Operações Europeu; a terceira, nas consequências imediatas da guerra para Portugal, análise comum para a IIGM. O período entre guerras não será motivo de uma investigação pormenorizada, assim como todo o contexto externo nas duas Guerras Mundiais que, embora estudados, só serão referidos os aspectos julgados pertinentes para ajudar a compreender o posicionamento do país perante a Guerra.

d. Metodologia

A metodologia de investigação que esteve na base da elaboração deste trabalho foi a do método científico com recurso ao modelo dedutivo, incidindo numa pesquisa bibliográfica fundamentalmente assente em reconhecidos autores, bem como numa análise documental de factos e acontecimentos directamente relacionados com o tema. Obtiveram-se ainda valiosos contributos para um melhor esclarecimento de alguns pontos importantes do trabalho com a realização de entrevistas aos Srs. Professores



Doutores António Telo e Fernando Rosas e ao Sr. Coronel Aniceto Afonso. Desta forma, numa tentativa de dar resposta ao tema do trabalho, “*Portugal nos Conflitos Mundiais do Século XX. Da Estratégia de Intervenção à Neutralidade*”, enunciámos a seguinte questão central (QC): *Que objectivos políticos determinaram uma estratégia dissemelhante de Portugal perante as duas guerras mundiais do século XX e de que forma foi operacionalizada?*

Constituindo-se como base de análise, de forma a auxiliar na procura da sua resposta, identificou-se um conjunto de questões derivadas (QD):

QD 1 - Quais os objectivos políticos que conduziram à estratégia de participação portuguesa na I GM?

QD 2 - De que forma Portugal se organizou, preparou e conduziu a sua presença militar na I GM?

QD 3 - Quais foram os objectivos políticos do Estado durante a neutralidade portuguesa na II GM?

QD 4 - Como se organizou militarmente Portugal no decorrer da II GM?

Face às QD, admitiram-se para este estudo as seguintes hipóteses (H):

H 1 - A intervenção de Portugal na I GM deveu-se, fundamentalmente, à tentativa de alcançar os seguintes objectivos políticos: garantir a manutenção das colónias, assegurar a soberania nacional face à Espanha, diminuir a dependência em relação à aliança inglesa e conseguir a credibilização internacional da república e, por último, em termos internos, consolidar a nível político e social o governo e limitar os efeitos da crise económica que o país atravessava.

H 2 – A Organização, preparação e condução da participação militar portuguesa na I GM, teve como base uma actuação em três frentes de batalha distintas, duas no Teatro de Operações Africano e uma no Teatro de Operações Europeu, tendo mobilizado para o TO Europeu um Corpo Expedicionário Português (CEP) e um Corpo de Artilharia Pesado Independente (CAPI).

H 3 – Na Neutralidade de Portugal, na II GM, o Estado definiu os seguintes objectivos políticos: Preservar a neutralidade Peninsular; garantir a integridade do império e manter o regime no pós-guerra.

H 4 - A concepção estratégica militar durante o conflito baseou-se não só na preocupação em defender quer o território continental, quer os arquipélagos dos Açores e da Madeira de uma eventual invasão alemã, como também na preservação das colónias Africanas e de Timor.



e. Organização do estudo

O trabalho está organizado em seis partes: a introdução que constitui o primeiro capítulo, seguido de quatro capítulos e uma conclusão. Dedicar-se o segundo capítulo ao enquadramento da política externa e interna, antes e durante o conflito, procurando perceber os factores político-estratégicos que conduziram o Estado Português a intervir com forças militares na I GM no TO Europeu. No terceiro capítulo, caracteriza-se a forma como foi organizada e conduzida essa intervenção e a defesa dos territórios portugueses. O quarto capítulo remete para o enquadramento político em vésperas do início da II GM e aos factores que possibilitaram a manutenção da neutralidade do Estado Português durante toda a guerra. No quinto capítulo, pretende-se compreender a forma como a estratégia militar portuguesa foi delineada e executada durante a II GM.

Na conclusão deste trabalho, procura-se dar resposta à questão central, que emergiu na tentativa de uma aproximação à época em estudo e à temática seleccionada.



2. Portugal perante a 1ª Guerra Mundial

a. Enquadramento político

Na sequência da invasão da Bélgica e da França, em Agosto de 1914, as políticas de alianças entram em acção e os países europeus vão marcando a sua posição perante o conflito. Do lado dos Aliados, apresentam-se a França, Grã-Bretanha, Bélgica, Rússia e a Sérvia, do lado dos Impérios Centrais, a Alemanha e a Áustria-Hungria (Afonso, 2008: 10). No início da guerra, declaram-se neutrais a Holanda, Dinamarca, Suécia, Noruega, Suíça, Espanha, Grécia, Itália² e a Bulgária. Relativamente a Portugal, embora tenha alterado a sua posição durante o conflito, ao princípio neutral e posteriormente beligerante, jamais fez uma declaração formal.

Nesta época, pode-se admitir que a política externa portuguesa pretendia atingir os seguintes objectivos: a manutenção da integridade territorial continental, a protecção das colónias em África e o reconhecimento da República por parte da comunidade internacional. A relação política da República Portuguesa com o exterior era marcadamente diferente da do tempo da Monarquia. Este facto é demonstrado pelo atraso do reconhecimento internacional, após o derrube da monarquia em 5 de Outubro de 1910. Só em Junho e Agosto de 1911, os Estados Unidos da América e a França, respectivamente, reconhecem a “*jovem*” República portuguesa, tendo a França condicionado a sua posição à Aliança com a Inglaterra. À República, a monarquia inglesa tinha exigido algumas garantias³ e, só quando foram satisfeitas, esta e outras monarquias europeias reconheceram o novo regime em Portugal (Teixeira, 1996:90).

Com a Espanha, as relações estavam longe de ser cordiais como no período da Monarquia Portuguesa. Estar “*encravada*” entre duas Repúblicas, pressupunha para Afonso XIII um perigo de influência do ideal republicano, podendo por em causa a sua sobrevivência. A acção diplomática desenvolvida por Afonso XIII perspectivava uma anexação de Portugal, manifestada no apoio espanhol às incursões restauracionistas que partiram da Galiza e marcharam sobre o Norte de Portugal, em 1911 e 1912. Noutro campo, a aproximação à Inglaterra facilitava estes propósitos, ganhando mais alento em virtude do aumento da instabilidade governamental portuguesa. Para Afonso XIII, a intervenção era necessária para colocar um fim à anarquia existente em Portugal (Teixeira, 1996:105), (Gómez, 2003b:341).

² A Itália integra a Tríplice Aliança, juntamente com a Alemanha e o Império Austro-húngaro, mas fica neutral no início do conflito. No entanto, a 24 de Maio de 1916 invade a Áustria e coloca-se ao lado da Grã-Bretanha.

³ Londres condicionou o reconhecimento da República a múltiplas exigências: primeiro exigiu a realização de eleições e o normal funcionamento de uma assembleia constituinte; depois exigiu a eleição do Chefe de Estado e com o presidente eleito e em funções, retardando assim o reconhecimento (Teixeira, 2004a:16).



Não era somente na fronteira espanhola que Portugal se sentia ameaçado, as intenções expansionistas da Alemanha, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique, colocavam em causa a integridade territorial colonial de Portugal. Os alemães pretendiam estabelecer-se como potência colonial africana à semelhança da Inglaterra e da França. O caminho passava pela possibilidade de explorar os territórios pertencentes a países de menor dimensão, como o caso da Bélgica e de Portugal. A partilha do Congo Belga implicava uma negociação, além da Alemanha e Inglaterra, com a França. As colónias portuguesas revelavam-se, por um lado, de uma menor complexidade negocial, uma vez que podiam ser negociadas a dois, por outro, Portugal debatia-se com uma grave situação financeira, tendo solicitado inclusivamente um pedido de crédito junto da França e Inglaterra. Um possível empréstimo ficaria condicionado a uma partilha das colónias pela Alemanha e pela Inglaterra mediante um entendimento caso Portugal não cumprisse com os seus compromissos (Afonso, 2008:12). Com este propósito, alemães e ingleses assinaram secretamente duas convenções de partilha das colónias portuguesas⁴. Contudo, a acção diplomática entre franceses (a quem não interessava esta convenção) e portugueses junto de Berlim e Londres impede que os acordos sejam implementados (Fernandes, 2003:239).

Em relação à Inglaterra, a aliança anglo-lusa⁵ servia de moldura à política externa portuguesa. No entanto, a política inglesa era ambígua em relação às intenções espanholas e alemãs, suscitando na política interna portuguesa fissuras e contestação à própria aliança. A estratégia dúbia inglesa para com o seu aliado português pode ser explicada pela necessidade de manter-se como potência marítima, perante o crescimento naval alemão. Num relatório secreto de 1912, do Almirantado inglês, é referido que Portugal não tinha grande valor estratégico, desde que os seus territórios atlânticos não caíssem nas mãos de potências hostis (Teixeira, 1996: 127). Esta posição tem também o seu mais acérrimo defensor em Winston Churchill que afirmava que, para além dos arquipélagos, o verdadeiro interesse estratégico era a Espanha, defendendo inclusivamente uma intervenção espanhola em Portugal, em troca do apoio espanhol (Gomez, 2003a:37), (Ramos, 2008:187). Esta ameaça era ainda mais verosímil, uma vez que os próprios ingleses iam avisando as autoridades portuguesas que *“a aliança apenas os obrigava a defender as costas e as colónias portuguesas e nunca a fronteira*

⁴ As convenções de 1898 e 1913 têm características diferentes: na primeira a partilha das colónias resultava na incapacidade de pagamento da dívida externa por parte de Portugal. Na segunda, o direito a uma intervenção alemã e inglesa era sobretudo na defesa das vidas e dos bens dos seus cidadãos nacionais, sempre que as autoridades portuguesas não estivessem em condições de os garantir. No entanto, estes acordos não necessitavam de consentimento por parte de Portugal (Teixeira, 1996:130).

⁵ O Tratado de 1373, assinado entre Eduardo III de Inglaterra e Fernando I de Portugal, estabeleceu um tratado de perpétua amizade e aliança entre as duas nações. Foi reforçado ao longo da História, em 1386, 1643, 1654, 1660, 1661, 1703, 1815 e por uma declaração secreta em 1899.



terrestre” (Teixeira, 2004a:16). Severiano Teixeira enquadra a situação portuguesa no início da guerra como de “*extrema fragilidade, ameaçada no continente pela Espanha, ameaçada nas colónias pela Alemanha e duplamente vulnerabilizada, porque o seu único instrumento de política externa, a aliança inglesa, conduzia uma política de transigência nos dois cenários – em relação à Espanha na questão peninsular e em relação à Alemanha na questão colonial.*” (2004a:17).

Internamente, nos meses que antecederam o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, a 28 de Junho de 1914, em Sarajevo, o quadro da política portuguesa era marcado pelas lutas partidárias entre o Partido Democrático, chefiado por Afonso Costa, o Partido Evolucionista, dirigido por António José de Almeida, a União Republicana, liderado por Manuel Brito Camacho e um pequeno grupo, auto-designado de independentes, encabeçado por Machado Santos. Porém, a chefia do governo estava entregue a Bernardino Machado (antigo aliado de Afonso Costa e candidato derrotado a Presidente da República em 1911), mostrando-se a alternativa encontrada pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga, ao governo de Afonso Costa, que tinha caído após um período de alguma estabilidade governativa⁶. Bernardino Machado comprometia-se a governar até às eleições de Novembro, num ambiente de confraternização nacional, fomentando “*o mais leal escrúpulo para com todos os partidos*” (Serrão, 1989:143). Porém, as intrigas políticas continuavam, apesar das tentativas do Chefe do Governo em conciliar posições cada vez mais antagónicas, que atravessavam e fracturavam a conjuntura política interna, como a questão religiosa com a separação de poderes e a questão da amnistia (Fraga, 2003a: 29). Estas questões vinham já da governação de Afonso Costa, que embora tenha conseguido colocar em ordem as finanças e a ordem públicas⁷, radicalizara a sua estratégia. Todos os meios eram justificáveis contra os inimigos da República: expulsa os bispos, reprime as greves e persegue os monárquicos. As cadeias encheram-se de presos políticos, os jornais de artigos de opinião e os sectores excluídos da participação política legal conspiraram e multiplicam-se em acções e atentados contra Afonso Costa. Como adiantava um jornal da época, citado por Rui Ramos “*Afonso Costa conseguiu incompatibilizar-se com 98% dos portugueses*”⁸ (2008:179). Aos partidos legitimados não restavam muitos meios, tendo sido a paralisia da actividade do senado, onde

⁶ Afonso Costa chefiara o governo durante treze meses (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914), o que para a época constituía uma excepção, uma vez que os três anteriores governos tinham tido uma duração entre 3 e 8 meses (Apêndice 2).

⁷ Motivando inclusivamente um reconhecimento do governo inglês a Afonso Costa como sendo o único capaz de governar diante do caos político que era Portugal (Teixeira, 1996:179).

⁸ A sua governação tinha de facto criado fracturas em todos os sectores da sociedade: sendo apelidado de “*Anticristo*”, por ter aplicado com rigor excessivo a lei de separação de poderes da igreja e de “*Racha-sindicalistas*”, pela intransigência para com as classes operárias e o sindicalismo (Ramos, 2008:179).



ainda detinham a maioria, a solução encontrada para poderem deter a que ficou conhecida como “a *ditadura democrática*” (Teixeira, 1996:178).

As políticas de governação de Afonso Costa não foram indiferentes à Instituição Militar. A Lei Eleitoral retirava o voto a todo o cidadão que se encontrasse no activo das Forças Armada e as inelegibilidades impediam os oficiais de serem ilegíveis pelos seus círculos eleitorais. A queda dos salários, a degradação do prestígio social da instituição militar e as reformas militares de 1911⁹, assim como a formação de milícias civis e batalhões de voluntários, que intervinham ora descobrindo, ora desmascarando algumas tentativas de revoltas no interior dos quartéis, revelavam-se incompatíveis com o exercício da disciplina e da hierarquia militar. De acordo com Severiano Teixeira, estes acontecimentos foram cavando, progressivamente, um fosso entre a República e os militares, tendo levado o Presidente Manuel de Arriaga a reconhecer o crescente “*antagonismo entre o Exército e a República*” (1996:163). Perante este cenário, o governo de Bernardino Machado perde, em Junho, o apoio do parlamento. Preparavam-se as eleições para o senado, quando os países europeus se precipitaram para a guerra. Daqui resulta que, se na política externa, “*a República teve de esperar quase um ano pelo reconhecimento internacional, ao nível interno, em quatro anos, não tinha ainda conseguido a legitimação nacional*” (Teixeira, 1996:183).

b. A neutralidade não declarada

Neste período, que corresponde à neutralidade portuguesa desde o início do conflito até à declaração de guerra alemã a Portugal em 9 de Março de 1916, pode considerar-se quatro fases sobre a questão da participação na guerra: a neutralidade condicionada de Bernardino Machado; a tentativa de uma neutralidade equidistante e de não intervenção que corresponde à governação de Pimenta de Castro; a neutralidade não declarada e anglófila, com intervenção militar no teatro africano durante os governos de coligação e a procura da beligerância activa e a intervenção no teatro europeu dos governos do Partido Democrático (Teixeira, 1998:60).

No dia 7 de Agosto de 1914, o parlamento aprova por unanimidade a declaração governamental de Bernardino Machado sobre a posição de Portugal perante a guerra. A ambiguidade da declaração escondia as diferenças de opinião acerca de uma intervenção ou não na guerra¹⁰. Era o resultado, por um lado, do esforço diplomático desenvolvido junto de

⁹ No Apêndice 3, descrevemos estas reformas.

¹⁰ A declaração menciona “*compatibilizar a aliança com o interesse nacional*”, para alguns parlamentares mais próximos da Inglaterra (anglófilos), o interesse nacional pressupunha acompanhar de perto as posições inglesas, numa colaboração oficiosa mas discreta, para outros parlamentares (francófilos), significava uma postura diplomática mais afirmativa e independente de Inglaterra, procurando uma maior visibilidade e protagonismo internacional (Teixeira, 1996:216).



Londres, Paris¹¹ e Berlim e, por outro, das disputas partidárias e da diferença de entendimento relativamente à posição portuguesa na guerra. A verdade é que o governo inglês “*pedia com instância ao governo português para se abster por agora de publicar qualquer declaração de neutralidade*” (Afonso, 2008:28). A opinião inglesa justificava-se pelo seu interesse estratégico na Península Ibérica e no Mediterrâneo. Efectivamente, a diplomacia inglesa entendia que, se Portugal entrasse na guerra, poderia complicar o posicionamento espanhol e italiano¹², enquanto a indefinição da Itália no conflito se mantivesse, porquanto Londres considerava “*inútil Portugal como Aliado num conflito europeu, uma vez que o seu Exército, Marinha e Tesouro eram irrelevantes e os seus territórios metropolitanos e coloniais não serviam para nada, a não ser para uma improvável campanha em Espanha como em 1808*” (Ramos, 2008:187). Assim, forçava-se Portugal a não declarar a neutralidade, o que permitiria à estratégia inglesa conduzir as suas linhas de acção, da seguinte forma: primeiro, afastar Portugal do conflito e dos custos que uma eventual participação acarretaria; segundo, beneficiar da ambiguidade de uma neutralidade não declarada¹³ tolerante sempre que conveniente para os seus interesses e que passaria discretamente nos meios diplomáticos internacionais¹⁴. Portugal devia assim permanecer numa “*neutralidade condicional e não declarada*”¹⁵ (Teixeira, 1996:220).

Internamente, o pedido francês de peças de artilharia¹⁶, chegado a Portugal por via inglesa a 15 de Setembro de 1914, torna-se o pretexto para a luta entre as estratégias radicais e moderadas e constitui a primeira tentativa de pôr fim à neutralidade. O Ministro da Guerra Pereira de Eça entende que as peças deviam ser acompanhadas por militares (uma divisão).

¹¹ Severiano Teixeira refere as declarações do embaixador português em Paris João Chagas, acerca da entrada de Portugal na Guerra: “*Portugal (...) é urgente que declare a guerra, é uma questão de decoro e independência (...) se quer viver, se quer ser alguém no concerto da Europa futura, apresse-se a entrar na guerra com o pouco que tem, com o pouco que pode dar, contra os Impérios Centrais (...)*” (1996:189).

¹² O controlo do Mediterrâneo dependia da capacidade francesa de conter a força naval da Áustria-Hungria e da Itália que se esperava que viesse a alinhar com a Alemanha. A situação resultava da divisão entre franceses e ingleses de responsabilidades marítimas, ficando a Inglaterra com o mar do Norte e a França com o Mediterrâneo. Se a Itália deixasse a sua neutralidade em favor das potências centrais, para manter o equilíbrio naval, a Espanha aparecia como a única com condições de poder contrapor algum peso ao delicado equilíbrio do Mediterrâneo.

¹³ Ao abrigo do estatuto de neutralidade, os países que a declarassem, estavam impedidos de prestar qualquer apoio a qualquer dos beligerantes, não podendo entre outras situações permitir a passagem de tropas, munições ou o estabelecimento no seu território de estações de comunicações (Ver apêndice 1).

¹⁴ Utilização das colónias africanas e dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, situação que se comprovou logo no primeiro mês de conflito, com o pedido de passagem de tropas inglesas por Moçambique, em reforço do contingente na África Central Britânica, ameaçado por forças alemãs.

¹⁵ Extracto do telegrama, de 18 de Agosto de 1914, enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador em França, João Chagas “*Nossa atitude concertada com Inglaterra, com a qual, estamos em perfeito acordo. Não estamos hostilidade país algum, portanto neutros, mas neutros condicionais*” (Teixeira, 1996:218).

¹⁶ As perdas em pessoal e material, na batalha do Marne, foram de tal forma elevadas que o General Joffre foi forçado a procurar auxílio para o reequipamento francês, em países Aliados. Em Portugal, existiam 32 baterias de 75mm, que tinham sido compradas a França em 1905.



Bernardino Machado apoia incondicionalmente esta posição, mas por outro motivo: era um caminho para a beligerância que procurava.

A 10 de Outubro de 1914, Londres (com a anuência da França) envia um memorando ao abrigo da aliança, aceitando o envio da divisão, com a seguinte condição: a artilharia seguiria o mais rapidamente possível para França e, mais tarde, as outras forças. Deste modo, asseguravam-se os canhões aos franceses e o mais importante, devido aos atrasos que a preparação da divisão portuguesa suscitaria, retardaria o seu envio para a frente. Ainda faltava mais uma condição, que a clarificação da posição portuguesa não fosse declarada. Deste modo, Portugal ficava impossibilitado¹⁷, externamente, de clarificar diplomaticamente a sua posição e, internamente, de ver legitimada a intervenção ao abrigo da aliança, condicionando a sua participação pela capacidade de preparar uma força para o Teatro Europeu (Teixeira, 1996:233).

Se, no governo, as cissões internas eram já bastante profundas¹⁸, nos partidos e na sociedade portuguesa, o panorama não era menos consensual. Portugal deveria intervir no Teatro Africano e não no Europeu, segundo Brito Camacho, citado por Severiano Teixeira *“Mal de nós se precisássemos amanhã de prover à defesa do nosso território (...)e não pudéssemos fazê-lo, porque os nossos soldados andavam combatendo noutra parte”* (1996:239). O Partido Democrático de Afonso Costa vem defender em público a estratégia de intervenção na guerra que sintetizam numa frase *“Pela França, com a Inglaterra”* (Teixeira, 1996:242).

Por outro lado, continuava a mobilização de uma nova força expedicionária com cerca de 2400 homens para Angola, em virtude de novos ataques alemães de 19 e 30 de Outubro a Naulila e Cuangar (Teixeira, 1996:253). A 23 de Novembro, reúne em sessão extraordinária o Congresso da República, sendo aprovada por unanimidade a proposta de lei que autorizava o governo a tomar as providências adequadas para uma intervenção militar na Europa, pelo que, nos dias seguintes, é decretada a mobilização e é instaurada a censura na imprensa as notícias de cariz militar. Todavia, mais uma vez, a euforia inicial esbarrava novamente nas divergências internas no governo, nas lutas entre radicais e moderados e na dificuldade de aprontar a Divisão Auxiliar Portuguesa, sem a qual a beligerância não se concretizava. A 5 de Dezembro, sem partido ou apoio partidário, em conflito com o Parlamento e com o Presidente da República e com divisões internas no próprio governo, Bernardino Machado demite-se,

¹⁷ Na segunda metade de Novembro, Londres questiona Lisboa, se seria possível *“ordenar a mobilização sem declarar publicamente o motivo?”* (Teixeira, 1996:234).

¹⁸ Tendo motivado uma apresentação de demissão de Bernardino Machado, junto do Presidente da República em 12 de Outubro, que não foi aceite por Manuel de Arriaga.



colocando assim um ponto final no chamado “*regime de cordialidade*” (Teixeira, 1996:254).

Aberta a crise governamental e sem consenso sobre um governo de carácter extra partidário, Manuel de Arriaga convida Azevedo Coutinho (próximo do Partido Democrático) para formar governo (12 de Dezembro de 1914 a 25 de Janeiro de 1915). O programa do governo, anunciado a 14 de Dezembro de 1914, tinha como principais orientações: proteger o regime mediante uma férrea manutenção da ordem pública; prosseguir com as medidas aprovadas em 23 de Novembro para a participação na guerra; realizar eleições gerais no mais curto espaço de tempo. Os radicais, agora no poder, pretendiam a derrota da neutralidade condicional e o reforço da beligerância activa. A posição inglesa, contudo, não sofre alteração e persiste na sua estratégia de evitar a beligerância portuguesa, apesar dos esforços da diplomacia lusa em demonstrar que os ataques alemães às colónias de 18 de Dezembro e a invasão de Angola por tropas alemãs resultavam do memorando inglês de 10 de Outubro de 1914 (Teixeira, 1998:263)¹⁹. A polémica instala-se no parlamento, nos jornais e no País. Os outros partidos não apoiavam a política de intervenção e, fundamentalmente, não queriam as eleições sob controlo de um governo do Partido Democrático. Na Instituição Militar, a intromissão civil no interior dos quartéis, com a intervenção da Carbonária e da “*Formiga Branca*”, a par da discordância com a participação no teatro europeu, causavam mal-estar no seio dos militares e agravavam cada vez mais o divórcio com a República. O chamado “*golpe das espadas*” de 15 de Janeiro, para além de um “*pronunciamento*” militar, foi a oportunidade que os moderados, evolucionista e unionistas aproveitaram para exigirem a demissão do governo. A saída para a crise foi encontrada por Manuel Arriaga, na pessoa de Pimenta de Castro, o General mais antigo do Exército, republicano, moderado e capaz de pacificar as relações entre os militares e a República (Teixeira, 1996:270).

A governação de Pimenta de Castro (28 de Janeiro de 1915 a 14 de Maio de 1915), corresponde à tentativa de uma neutralidade equidistante e de não intervenção. Depois de formar governo maioritariamente com militares (oito militares e dois civis), não recebeu, para além do Presidente da República e de Machado Santos, mais nenhum apoio político firme no campo republicano. Neste período, a governação caracterizou-se por um reforço da importância dos assuntos internos em detrimento da política externa. Pimenta de Castro, conhecedor das limitações do Exército é contra a intervenção na Europa “(...) *ir hoje para a guerra europeia não é o mesmo (...) que ir combater o gentio das nossas possessões. E Portugal está desprovido dos elementos e dos preparos indispensáveis para se afoitar a uma*

¹⁹ Vítor Viana, citando José Hermano Saraiva, “ a Inglaterra não admitia que Portugal invocasse a Aliança inglesa como motivo para a entrada na guerra; se o quisesse fazer seria à sua custa e não à Aliança” (1996:202).



guerra com países civilizados” (Teixeira, 1996:294), perante a guerra, priorizava a neutralidade absoluta e pretendia, com a estratégia diplomática, que essa posição fosse equilibrada e equidistante. A Divisão auxiliar era extinta, o que afastava a possibilidade de intervenção no Teatro Europeu. Internamente, a insatisfação política aumentava em consequência do encerramento do parlamento e a anulação de vários decretos e diplomas elaborados e votados anteriormente no parlamento, além das crescentes facilidades e amnistias políticas que estavam a ser concedidas aos monárquicos. A insatisfação encontrava também razões sociais, com o aumento dos preços e escassez dos produtos alimentares. Pimenta de Castro perde os poucos apoios que lhe restavam, inclusivamente do Presidente da República que o tinha empossado. Assim, estavam reunidas as condições para o derrube do governo (Fraga, 2003: 178), (Teixeira, 1996:304).

Com o golpe de 14 de Maio de 1915²⁰, cai não só o governo como também, passado uns dias, o Presidente da República Manuel de Arriaga, que abdica do cargo, abrindo o caminho para as eleições. Bernardino Machado ganha as eleições, chegando a Belém com o apoio de Afonso Costa. Decorrente do golpe de Maio, não fora só Bernardino Machado que ficara perto de Belém, mas também as esquadras espanhola, francesa e inglesa, que fundearam ao largo do Tejo, presumivelmente para evacuarem cidadãos nacionais. Este facto foi interpretado como um risco à independência nacional e uma sombra no horizonte de uma anexação espanhola. No entanto, a Espanha mantinha-se fiel à sua neutralidade, não tinha interesses no conflito e ambos os beligerantes aproveitavam a neutralidade benevolente de Madrid para as suas conveniências (Gómez, 2003a: 342).

Os dois governos presididos por José de Castro, com o apoio de Afonso Costa concentram-se na preparação da beligerância. Internamente, o partido de Brito Camacho manifesta-se contra a ideia de mobilizar uma força militar para combater na Europa, só aceitava uma tal situação se fosse a Grã-Bretanha a solicitá-lo expressamente (o pedido já tinha sido feito, mas perdera actualidade com o governo de Pimenta de Castro). António José de Almeida mostrou-se mais flexível e entendia que os interesses nacionais de defesa passavam essencialmente pela manutenção das colónias africanas, mas poderiam passar também pela eventual intervenção no Teatro de Guerra Europeu, desde que fosse por iniciativa do governo inglês. As eleições, entretanto realizadas, deram a vitória por maioria aos democráticos de José

²⁰ A junta revolucionária, maioritariamente militar (Norton de Matos, Leote Rego), prova que as Forças Armadas de encontram divididas, não só politicamente, mas também a propósito da participação na guerra, um dos apoiantes de Pimenta de Castro é o Coronel Gomes da Costa, futuro comandante de uma divisão em França que respondia deste modo às acusações do Partido Democrático sobre a relutância do Exército em participar na guerra “ (...) *o Exército sabe muito bem que a sua principal missão é bater-se onde a Nação bem entender (...) o que porém o Exército sabe muito bem é que não dispõe de meios para se bater com honra (...)*” (Ferreira, 2004:272).



de Castro. Controlado o parlamento, para o Partido Democrático, a intervenção na guerra europeia e a unidade republicana em volta de um governo “*nacional*” passam a ser os seus objectivos. A guerra oferecia-lhe essa oportunidade de ter uma ameaça externa que fosse conciliadora e justificasse a mobilização das facções políticas (Teixeira, 1996:315). Neste sentido, o governo reforça as medidas de cariz militar na preparação da intervenção na guerra, ganhando também corpo a ideia de que no actual contexto europeu, Portugal, embora mesmo sem ser um estado beligerante, deveria possuir um Exército e uma Armada suficientemente credível para manter o “*património colonial*”, ficando afastado da cobiça das potências beligerantes. No campo económico e social, as medidas²¹ implementadas visavam sobretudo obviar os efeitos, que a guerra trazia para o país, que se consubstanciavam nas dificuldades no abastecimento de bens essenciais, carvão e de matérias-primas fundamentais para as indústrias mais significativas da economia nacional. Como a produção interna não era suficiente, começaram os primeiros movimentos de contestação por falta de alimentos²² (Fraga, 2003:181). Para os adeptos da intervenção, uma política mal definida e uma neutralidade ambígua poderiam trazer efeitos nefastos para o país, considerando a beligerância como um caminho para a resolução destes problemas, “*uma beligerância assumida (...) não agravaria o que já era grave, mas poderia trazer vantagens que minimizassem a situação*” (Fraga, 2003b:181).

c. A 1ª República no período de Intervenção

A utilização dos submarinos por parte dos alemães, desde o início de 1915, estava a produzir efeitos. As perdas da marinha, aliada em 1916, ascendiam a 2,2 milhões de toneladas de capacidade de transporte, o que constituía um grave problema para o apoio das operações. A 16 de Fevereiro de 1916, o governo inglês percebe que a requisição dos navios alemães (representam uma capacidade de carga de 240 000 toneladas), nos portos portugueses, é essencial para a prossecução do esforço de guerra, apesar dos inconvenientes desta medida: por um lado, uma eventual hostilidade espanhola²³ perante o envolvimento de Portugal na guerra, por outro lado, os custos financeiros que teria de

²¹ As medidas legislativas têm dois objectivos: por um lado o Estado intervir nacionalizando empresas e indústrias de primeira necessidade (têxteis, açúcares, metalurgia, curtumes, adubos e conservas de peixe); por outro lado não deixar deteriorar as condições de vida das populações, evitando o açambarcamento e o aumento dos preços (Fraga, 2003b:181).

²² Entre 14 e 17 de Maio de 1915, Lisboa e Porto sofrem vários motins, tendo inclusivamente havido assaltos a armazéns em busca de comida (Wheeler, 1978:144).

²³ Com a entrada de Itália em Maio de 1915 no lado dos Aliados, o controlo do Mediterrâneo, torna-se efectivo devido à conjugação de esforços francês e italiano e a importância de Espanha diminui. Deste modo, a partir desta altura a Inglaterra pode receber mais favoravelmente a pressão portuguesa para participar na guerra (Telo, 2003:207).



suportar, para fornecer materiais e equipamentos aos portugueses (Fraga, 2003c:258). A 17 de Fevereiro, é entregue o memorando em nome da aliança, solicitando a Portugal a requisição de todos os navios alemães estacionados nos portos portugueses²⁴. “*Afonso Costa tinha conseguido arrancar à Inglaterra uma nota verbal em que se restabelecia o convite de 10 de Outubro de 1914*” (Ramos, 2008:202).

A 9 de Março de 1916, a Alemanha declara a guerra a Portugal e todas as dúvidas, ambiguidades e hesitações diplomáticas relativas à questão da neutralidade acabam. Portugal entra no conflito pela mão da Inglaterra, encerrando um capítulo conflituoso, o que agradava aos dirigentes republicanos, confiantes que, deste facto, resultaria uma união nacional, capaz de fazer esquecer todas as controvérsias e inimizades. Formou-se o Governo da União Sagrada, contudo a questão da entrada na guerra divide e fractura toda a sociedade, o governo multiplica-se em acções para explicar as razões que justificam a intervenção: manter a integridade do “*império colonial*”, melhorar a imagem e o prestígio político externo, assegurar a presença nas conferências de Paz, em posição de igualdade de diálogo e de reivindicações (Viana, 1996:201). Havia, porém, razões que não convinha serem do conhecimento público, como o fortalecimento no âmbito interno do partido. A crise financeira em que o país se encontra, a falta em equipamentos e materiais de guerra e sobretudo o conhecimento da necessidade imperiosa dos navios por parte de Inglaterra, fazem com que as exigências portuguesas subam de tom. Tendo Portugal feito um pedido de 3 milhões de libras a Inglaterra, acaba por conseguir um empréstimo de 2 milhões, ficando o resto pendente da captura dos navios. Assim, Londres condicionara o empréstimo à requisição dos navios e Afonso Costa garantia o dinheiro que necessitava para amenizar as dificuldades internas (Ramos, 2008:202).

Perante a degradação da situação interna, o governo de António José de Almeida foi substituído por um governo democrático de Afonso Costa. Os conflitos agudizam-se em Janeiro de 1917, na altura em que o CEP inicia o seu embarque para a França, o Governo faz publicar o seu relatório “*Palavras Claras sobre as razões da intervenção de Portugal na guerra europeia*” (Teixeira, 2004a:32). Nas palavras da União Sagrada, as razões são apresentadas para Portugal participar na guerra, a saber: sendo uma guerra de alianças, Portugal não podia manter a sua neutralidade perante o estado de guerra entre o seu aliado e a Alemanha; embora não beligerante, tinha sido alvo de ataques alemães, quer nas colónias, quer nos seus navios e, por último, existia o pedido inglês de apreender os navios alemães nos portos portugueses. O governo invoca ainda para justificar a requisição, as consequências da

²⁴ Igual procedimento foi seguido pelos ingleses para forçar outros países, como o Peru e o Brasil a entrar em guerra (Ramos, 2008:202).



guerra, o estado da frota da marinha mercante e a própria situação económica do país, que não podia passar sem esses recursos. Também na Ordem do Exército n.º6, o Ministro da Guerra, Norton de Matos, proclamava aos oficiais e praças *“esta guerra é a nossa guerra”*. Esta necessidade de explicar os motivos da guerra, por parte do governo, é reveladora das diferentes interpretações e, do não consenso nacional sobre a entrada na guerra, fundamentalmente no TO europeu. Para a oposição ao governo, tratava-se de um negócio de Afonso Costa para permanecer no poder (Ramos, 2008:203). As questões económicas não estariam consideradas em 1914, mas em virtude do agravamento da *“economia de guerra”* a que Portugal não passava incólume, com a falta de produtos alimentares, matérias primas, Afonso Costa, acrescentou esta questão à entrada na guerra (Ramos, 2008:205). Assim, *“os soldados portugueses bater-se-iam num teatro de operações central, com as grandes e entre os grandes, sob a bandeira da República. As batalhas da Grande Guerra acrescentar-se-iam agora à já longa gesta dos portugueses”* (Teixeira, 2004a: 22). Estavam assim reunidas todas as condições externas e internas para a entrada na guerra na Europa, como refere Luís Fraga, os objectivos dessa participação seriam quanto aos de ordem externa: *“(...) a necessidade de garantir a manutenção dos territórios ultramarinos, em especial os africanos; o desejo de assegurar a independência na Península Ibérica; a intenção de reduzir a dependência político-diplomática relativamente à Inglaterra (...)”*, internamente: *“a necessidade de, por um lado, gerar coesão nacional e consolidar o regime republicano recentemente proclamado e , por outro, limitar, dentro do possível, a crise económica, em especial alimentar (...)”* (1999:72). *“Estes objectivos constituíam-se como um todo, no ideal voluntarioso e republicano da época”*, esclareceu Fernando Rosas na sua entrevista.

d. Síntese conclusiva

Nos cinco anos, que durou a guerra, Portugal conheceu cinco Presidentes da República e oito Primeiros-ministros e foi ainda governado por uma Junta Constitucional²⁵, o que suscitou do 1º Ministro francês, George Clemenceau, o seguinte comentário: *“Portugal era o único país da Europa que se permitia ter crises políticas em hora tão grave”* (Serrão, 1989: 155). No presente capítulo, procurou obter-se a resposta à QD 1, que pretendia identificar quais os objectivos políticos que conduziram à participação portuguesa na I GM?

Neste contexto, percebe-se que a intervenção de Portugal na I GM deveu-se, fundamentalmente, à tentativa de alcançar os seguintes objectivos políticos: garantir a manutenção das colónias, assegurar a soberania nacional face à Espanha, diminuir a

²⁵ No Apêndice 2, é apresentada uma lista com os Presidentes e 1º Ministros da 1ª República.



dependência em relação à aliança inglesa e conseguir a credibilização internacional da república e, por último, em termos internos, consolidar a nível político e social o governo e limitar os efeitos da crise económica que o país atravessava.

A defesa das colónias era o objectivo mais consensual em todos os sectores da sociedade, não só porque, desde o início da guerra, os alemães combatiam os portugueses em Angola e Moçambique (nunca fora motivo para uma declaração de guerra), mas fundamentalmente pelos receios de, como aconteceu no passado (1912-13), as colónias portuguesas poderem ser utilizadas como condições para um eventual acordo entre alemães e ingleses no final do conflito, onde só teriam assento os vencedores²⁶. O afastamento do perigo espanhol foi uma constante durante todo o conflito. No entanto, a neutralidade de Espanha serviu a Portugal como uma oportunidade para garantir uma diferenciação (aliado preferencial) peninsular relativamente a Inglaterra de modo a que Londres não apoiasse uma eventual “*aventura*” anexionista de Afonso XIII. Por outro lado, a legitimação da República significava também o reconhecimento internacional. Desta forma, a República portuguesa estaria ao lado das grandes potências vencedoras de igual para igual, não como um protectorado inglês. Por último, a entrada na Guerra, no TO Europeu, permitiria ao partido no governo permanecer à frente do regime não só através de um processo de legitimação política (menos oposição uma vez que era um desígnio nacional), mas também através da resolução das questões económicas e das más condições de vida dos portugueses, granjeando deste modo a aceitação popular em redor do Partido Democrático liderado por Afonso Costa, que, ao conduzir o país para a beligerância, conseguiria deste modo que um objectivo partidário se tornasse num desígnio nacional com a concretização da estratégia de intervenção na I GM (Teixeira, 1998:56).

Identificados os objectivos que estiveram presentes neste período, é possível concluir que a explicação da entrada de Portugal na guerra reside não só em actores e objectivos de ordem externa e interna mas, sobretudo, na relação entre ambos (Teixeira, 1996:381). O Governo conseguiu através da estratégia diplomática, alcançar os objectivos de intervir na guerra, como escreve Rui Ramos, “*os chefes republicanos julgaram que a guerra seria uma porta de saída. Mas nunca chegaram a perceber como é que a podiam abrir*” (2008:188).

Percebido o contexto que levou Portugal a assumir uma posição interventiva na I GM, procurar-se-á compreender seguidamente, como se organizou para conduzir essa intervenção.

²⁶ Apesar de os ingleses ficarem cada vez mais convencidos com o desenrolar da guerra de que, para a sua segurança futura, precisarem de destruir a capacidade naval e colonial alemã. Só em caso de derrota, as colónias portuguesas poderiam ser negociadas, porquanto esta hipótese não se colocava, mas como refere Rui Ramos, “*a guerra demorou muito (em 1916 ia no seu 3 ano), com altos e baixos para as duas partes e os rumores de negociações de paz nunca pararam de circular*” (2008:203).



3. Portugal na Guerra: Organização, preparação e conduta²⁷

a. A Força Expedicionária Portuguesa

Ao Ministro da Guerra Norton de Matos, coube a missão de preparar uma força em poucos meses para um TO Europeu. A mobilização de duas divisões era tão improvável e difícil, decorrente da falta de equipamentos e materiais²⁸, que só a capacidade de improviso possibilitou, um verdadeiro “*milagre*” (Telo, 2004:373). Os meses de Maio e Julho passaram-se em Tancos, a treinar tropas segundo tácticas e armamento pouco adequados ao que acontecia na frente da batalha em França: o combate das trincheiras era substituído por longas marchas. Pese embora as dificuldades de materiais, equipamentos e de pessoal existentes, conseguiu-se em três meses aprontar a força para o Teatro, causando grande admiração na opinião pública e na missão anglo-francesa perante a eficácia demonstrada, tendo o seu ponto alto na célebre parada de 22 de Julho de 1916. Estava cumprido o programa de instrução, tendo sido publicitado a capacidade do Exército.

Nos primeiros dias do mês de Janeiro de 1917, os militares do CEP começam a apelar-se dos comboios em Lisboa para embarcar no porto de Alcântara com destino a França. De acordo com a convenção anglo-lusa²⁹, o transporte para a Flandres far-se-ia por via marítima e ficaria a cargo dos britânicos. Do porto de desembarque de *Brest*, na ponta da Bretanha, até à zona de reunião das forças em *Aire-sur-La-Lys*, as tropas portuguesas seriam transportadas por via-férrea. Entre 2 Fevereiro e 28 de Outubro de 1917, o transporte do contingente militar do CEP foi partilhado entre 7 navios britânicos e 2 navios portugueses.

O sector, que viria a estar ao cuidado do CEP, localizava-se no Sul da Flandres, precisamente no vale do Rio *Lys*, entre *Armentières a La Bassé* e *Mervilhe e Béthune*, com uma frente de 11 Km. A defesa estava estruturada em 3 linhas (a 1ª linha mais próxima do inimigo, a linha das Aldeias e a linha do Corpo), estando a 1ª linha ainda dividida em A, B e C. Antes do CEP entrar em sector e ficar responsável pelas operações, decorreu um período de instrução e adaptação com as tropas britânicas³⁰. Quem ia combater na Flandres necessitava de ser instruído e colocado ao corrente desta nova forma de combater, como era a guerra das trincheiras, a novidade absoluta da

²⁷ No Apêndice 4 – Encontra-se descrita a organização militar em Portugal neste período.

²⁸ No Apêndice 5 – A organização do CEP, encontra-se mais desenvolvida esta questão.

²⁹ A Convenção Anglo-Lusa, determinava o envio do CEP que estaria sob ordens inglesas. A Convenção Franco-Portuguesa, regulava o envio do pessoal de artilharia para constituir o CAPI.

³⁰ As tropas portuguesas em França, actuariam, na total dependência britânica, esta seria a responsável pela instrução, armamento, orgânica, tácticas, e logística (Telo, 2004:373).



aviação, os gases, as transmissões, a artilharia pesada, os morteiros e as metralhadoras, para além da necessária adaptação e reorganização da força ao modelo britânico. Assim que eram dadas como prontas, iam ocupando sucessivamente os seus sectores: primeiro de companhia, depois de batalhão, brigada e por último o quartel-general do corpo. O CEP assumiu o sector à sua responsabilidade no dia 5 de Novembro de 1917, ficando sob o comando do 1º Exército Britânico.

Até Fevereiro de 1918, no sector português, raro era o dia em que os homens da 1ª linha não estivessem sujeitos ao fogo inimigo e não houvesse mortos, feridos e prisioneiros. Eram frequentes os raids, bombardeamentos de artilharia e morteiros. Neste período, as linhas portuguesas sofreram 63 acções de forças alemãs e aproximadamente 20 bombardeamentos, de que resultaram cerca de 5240 militares mortos, feridos, gaseados, acidentados, prisioneiros e ou desaparecidos (Teixeira, 2004a:29).

Mas não era só o combate que colocava problemas à cadeia de comando do CEP, mas era também o moral da tropa portuguesa que decaía à medida que o tempo passava, resultante de causas diversas: as brigadas permaneciam mais de seis meses em sector, em comparação com as britânicas que rodavam de três em três meses; a ausência de rendição das praças contrastava com a facilidade com que os oficiais regressavam a Portugal, causando insubordinações e motins em várias unidades; o cansaço, a falta de sono, a coação psicológica exercida pelos alemães, motivaram um aumento significativo de punições e de deserções.

Entretanto, com o golpe de Sidónio Pais, ocorrido em Portugal, e com a alteração da prioridade de transporte marítimo inglês para o contingente americano³¹, assim como uma maior consciencialização do comando inglês sobre as fracas condições das tropas portuguesas, todos estes factores vão despoletar uma mudança no dispositivo do CEP. A 6 de Abril, o acordo negociado entre Londres e Lisboa entra em execução³². A 1ª Divisão retiraria e a 2ª Divisão assumiria o sector anteriormente defendido pelas duas divisões portuguesas. Para a 2ª Divisão, a ordem era clara por parte do Comandante do XI Corpo inglês “*A 2ª Divisão tem de morrer na linha B, em caso de ataque alemão*” (Afonso, 2008:77). A constatação inglesa da fragilidade do dispositivo em que se encontrava a 2ª Divisão leva a que, no dia 8 de Abril, o Comandante da 2ª Divisão General Gomes da

³¹ No final de 1917, os ingleses tinham consciência da transferência das divisões alemãs da frente Russa para a frente Ocidental. Estavam numa corrida contra o tempo para conseguirem colocar em França o Exército Americano, antes da Primavera, de modo a fazerem frente às prováveis ofensivas alemãs (Telo, 2004:375).

³² “Os governos de Lisboa, resistem à pressão, enquanto podem, não porque duvidem do baixo moral das tropas, mas porque temem que a retirada implique a perda dos frutos políticos que ainda era possível obter com a beligerância” (Telo, 2004:376).



Costa receba a ordem de seguir para a retaguarda entre os dias 9 e 10 de Abril. Era tarde demais, na madrugada de 9 de Abril, “*caiu sobre a 2ª Divisão a maior ofensiva que jamais as tropas portuguesas suportaram em qualquer teatro de operações*” (Fraga, 2003:427), a “*Batalha de La Lys*”. O CEP, como unidade, estava destroçado, sendo necessário reorganizá-lo e impedir sobretudo que desaparecesse o contributo português na guerra. Nesse sentido, são conduzidas negociações diplomáticas entre Lisboa e Londres, para reforçar o contingente português. No entanto, as dificuldades de transporte impedem que o contingente seja reforçado, como era o desejo de Sidónio Pais e do novo Comandante do CEP General Garcia Rosado que ia informando Lisboa da “*insustentável situação*” (Telo, 2004:376). Com as forças militares que restaram, foi ainda possível evitar que todas fossem empregues em trabalhos de segunda linha e formar três batalhões de infantaria e uma bateria que, integrados no Exército Britânico, ainda combateram nas linhas da frente até à assinatura do Armistício em 11 de Novembro de 1919. Assim, tinha terminado o esforço português. Na sua entrevista, Aniceto Afonso referiu: “*A permanência do CEP na Flandres, apesar de todas as contrariedades e imprevisto, decorria normalmente, sendo um sector calmo até então, as unidades com algum tempo de preparação, enquadradas pelos ingleses, iam entrando em posição à medida que estavam prontas. O tempo ia passando, e o CEP e Portugal mostravam-se na frente europeia. Todavia, ninguém previra a ofensiva alemã, que arruinou este projecto nacional*”.

O CAPI, resultante da convenção franco-portuguesa, integraria o Exército Francês, embarcado para *Brest* com o CEP. A entrada em combate far-se-ia à medida que as unidades estivessem prontas. Facto que veio a acontecer em 19 de Março de 1918. Contudo, a ofensiva alemã de Março, obrigou a retirar da frente o CAPI. Assim, perante esta reorganização a que foi sujeito, foi decidida a transferência do CAPI para o sector britânico na Flandres, onde seria integrado no CEP. A necessidade de ter instrução sobre o novo material obrigou a um embarque para Inglaterra. Todos estes acontecimentos fizeram com que o CAPI praticamente não fosse utilizado, visto que, como refere Nuno Gomes, “*o embarque para Inglaterra do CAPI, estava previsto para o dia 11 de Novembro (...) não veio a acontecer, tinha terminado a guerra e encerrado assim uma odisseia em que primaram as demoras e indecisões, em detrimento das capacidades do CAPI*” (2003:446).



b. A defesa dos territórios

O facto de o inimigo directo não se encontrar perto das fronteiras continentais portuguesas, não significou que a defesa do território nacional não fosse considerada. O problema da defesa tinha sido equacionada, mas com grau de probabilidade muito baixo (Gomes, 2003:299). Os trabalhos de defesa tinham começado antes da entrada de Portugal na guerra. De acordo com um plano do Estado-Maior do Exército (EME), de 19 de Maio de 1915, a defesa deveria ser preparada da seguinte forma: duas linhas de defesa avançadas, na Beira Baixa e no Alentejo; uma reserva em Évora, e o grosso das forças na área de Abrantes e Santarém, região conhecida como zona de expectativa estratégica, no âmbito da Zona de Operações Terrestre (ZOT). Para a execução deste plano previa-se o emprego de cinco divisões, no entanto o material cedido para a Divisão Auxiliar (56 peças de artilharia, 30 mil armas portáteis, 18 milhões de cartuchos e mais de 7 mil granadas de artilharia), assim como para os contingentes enviados para África, inviabilizava a concretização deste plano, uma vez que não existiam meios necessários para a defesa do território.

Após a declaração de guerra, as ameaças tornaram-se mais reais e o problema da defesa ganhou outra amplitude. A defesa do território continental português apresentava agora duas possíveis entradas: a marítima com a possibilidade de ataques com submarinos e do lançamento de minas e eventuais desembarques de pequenas unidades e a terrestre, que poderia ser invadida por forças espanholas com ou sem apoios alemães (Gomes, 2003:299). Assim, nos planos desenvolvidos pelo EME em Maio de 1916, são equacionadas as seguintes hipóteses: ataques de submarinos (considerado o mais provável), ataques de navios de superfície sobre Lisboa; invasão de Portugal no caso de uma vitória alemã no Atlântico e após a invasão da Inglaterra. Quanto a Espanha, o plano considerava a possibilidade de Espanha preparar em 27 dias 10 Divisões (dispunha de 14 num total de 120 000 homens), tendo como objectivo conquistar Lisboa e Porto. Portugal tinha capacidade de mobilizar cerca de 88 000 homens, o que daria para 5 Divisões, necessitando de obuses e metralhadoras (Gomes, 2003:300). Num plano posterior, já em 1918, constata-se que apenas seria possível mobilizar 50000 homens de infantaria e 2600 de cavalaria com 144 bocas-de-fogo e 96 metralhadoras. Na impossibilidade de defender tudo, a escolha recaía naturalmente em Lisboa com a realização de acções retardadoras, ganhando tempo até que fosse provável uma ajuda externa inglesa.



Relativamente à defesa da costa portuguesa, no início da guerra, Portugal apreende todos os navios alemães que se encontravam em águas territoriais portuguesas. Ficando com cerca de 20% destes navios e entregando os restantes aos britânicos, vê assim a capacidade de defesa naval ser reforçada. São transformadas em meios navais de guerra no Arsenal do Alfeite, juntamente com as embarcações civis nacionais mobilizadas. São improvisados alguns meios de defesa do continente e dos portos de Leixões, Lisboa e no Algarve, onde contam com a permanente vigilância inglesa e francesa. Os meios navais estiveram também empenhados na defesa das comunicações e nas escoltas a transportes dos contingentes portugueses para França, Angola e Moçambique, tendo nestes dois TO colaborado nas operações levadas a efeito pelo Exército (Afonso, 2008: 91).

O eclodir do conflito encontra, como vimos uma sociedade portuguesa, profundamente dividida, no entanto era consensual, por todas as partes, a necessidade de defender as terras africanas. Rapidamente, se começam a enviar forças para África, para o Norte de Moçambique e para a fronteira Sul de Angola, para combaterem contra tropas alemãs europeias e indígenas. Entre 1914 e 1918, são mobilizados mais de 50 mil homens. Perto de quatro mil nunca regressaram, vítimas de doenças e combates, aos quais se podem juntar cerca de três mil indígenas mortos (Arrifes, 2004:22).

c. Síntese conclusiva

A participação portuguesa na Grande Guerra revestiu-se em termos políticos, de um carácter singular, uma vez que Portugal não declarou guerra à Alemanha, mas também a sua intervenção foi particular, na utilização do instrumento militar. Neste capítulo, pretendeu-se procurar a resposta para a questão derivada (QD 2), que pretendia compreender a forma como Portugal organizou, preparou e conduziu a sua presença militar na I GM?

Da análise efectuada foi possível determinar que a organização, preparação e conduta da participação militar portuguesa na I GM, desenvolveram-se com base numa actuação em três frentes de batalha distintas, duas no teatro de operações africano e a outra no teatro de operações europeu, tendo mobilizado para o Teatro de Operações (TO) europeu um Corpo Expedicionário Português (CEP) e um Corpo de Artilharia Pesado Independente (CAPI).

A preparação do CEP e do CAPI, para a frente europeia, foi inadequada para uma guerra desta natureza. Apesar das medidas terem sido implementadas, nomeadamente, no período de instrução e adaptação em França, em termos de



equipamentos, o plano do regime de reequipamento da Armada e do Exército falharam, inclusivamente dizia-se que a Armada Portuguesa estava muito bem equipada, ao nível das mais avançadas do mundo, mas era uma esquadra de papel (Telo, 2004:385). Também as mudanças políticas operadas em Portugal durante o período em que o CEP e o CAPI estiveram em França, assim como o envio de contingentes para África, reflectiram-se na forma como as operações militares foram conduzidas: mais apoiadas ou esquecidas de acordo com o governo de Lisboa fosse a favor ou contra essa intervenção.

Na conduta das operações, a falta de rendição dos contingentes “*o roulement*”, as condições precárias em que estes se encontravam nas trincheiras da Flandres, a dependência dos britânicos (Telo, 2004:374) e a capacidade real de comando português do contingente (faltavam 37% dos oficiais) (Rodrigues, 2009:64), colocaram problemas ao desempenho operacional do CEP, que os combates de 9 de Abril colocaram a nu. Porém, como diz Isabel Marques, “*Não se pode é confundir esta batalha de resistências, de retiradas organizadas e até de fugas generalizadas, com dois anos de campanha efectiva e com a permanência dos portugueses em França até Março de 1919*” (Marques, 2009:95). Contudo, a estratégia militar na prossecução dos objectivos políticos do regime falharam. O CEP e o CAPI não se constituíram como uma valorização da participação portuguesa no plano internacional e internamente, não se conseguiu o “*cerrar de fileiras em torno do regime*” (Telo, 2004:385).

Do contexto anteriormente apresentado, através do qual se desenvolveu as razões e a forma como o país participou na I GM, analisaremos no próximo capítulo o seu posicionamento na II GM.



4. Portugal perante a 2ª Guerra Mundial

a. O Estado Novo nas vésperas da Guerra

Quando a Alemanha invadiu, a 1 de Setembro de 1939, a Polónia, materializando assim o início da II GM, Portugal assumiu, a 3 de Setembro, uma posição declarada de neutralidade, ao contrário do que tinha acontecido na I GM. A situação internacional era diferente da envolvente que condicionou a actividade diplomática portuguesa na I GM. As diferenças residiam sobretudo em quatro factores: por um lado, nas fracas relações hispano-inglesas; em segundo, não existia uma rivalidade anglo-alemã no Atlântico e a Inglaterra dominava o espaço atlântico português, com recurso a Gibraltar e às Bermudas, sem ter que utilizar os Arquipélagos portugueses; em terceiro lugar, as colónias alemãs tinham deixado de existir e não havia nenhum acordo secreto com os ingleses de partilha das possessões portuguesas; em último lugar, o Estado Novo tinha ajudado Franco a implantar em Espanha um regime favorável e com a mesma identidade política, o que não acontecera na altura da 1ª República, que tivera de enfrentar uma Monarquia hostil. (Teixeira, 2004:46), (Telo, 1998:110). Porém, mantinham-se constantes as preocupações geopolíticas: a manutenção do equilíbrio e da dualidade peninsular; a importância dos arquipélagos atlânticos, no quadro europeu, e a integridade do império, no quadro colonial.

Portugal apoiou discretamente Franco com material, auxílio diplomático e forças³³, embora tivesse assinado em 21 de Agosto de 1936 e 8 de Março de 1937, com outros países europeus, acordos de não intervenção na Guerra Civil de Espanha. A diplomacia inglesa discordava deste envolvimento português, advertindo para o perigo de fomentar a vitória de um regime pró-alemão na Espanha. Achava perigoso para o equilíbrio de poderes na Península que poderia conduzir a Espanha, numa eventual guerra, contra si. O regime português encontrava-se num impasse, como refere António Telo “*Se seguisse a Inglaterra corria o risco de ser invadido pela Espanha, senão o fizesse punha o Império e a política secular em causa*” (1998:113). O Chefe do Governo, contrariando a opinião inglesa e do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, viu vantagens no favorecimento da facção política mais próxima do Estado Novo. As relações entre os dois países tornaram-se, deste modo, mais difíceis durante este período, as pressões inglesas para uma mudança de posição traduziram-se no atraso do plano de rearmamento português, no fornecimento de material. A Alemanha surgiu como alternativa, crescendo assim a sua influência junto de Portugal. Os ingleses por outro lado desconfiavam cada vez mais desta interferência, mas com o final da Guerra Civil

³³ De uma forma não oficial o regime apoiou os grupos de voluntários portugueses “os viriatos”, que integraram a Legião Estrangeira de Espanha, a Falange espanhola e o Exército (Oliveira, 1994:395).



espanhola e a iminência de um conflito europeu, a aproximação a Madrid e Lisboa era necessária de forma a manter a Península neutral e fora da influência dos alemães. A assinatura do Tratado de Amizade e Não Agressão³⁴ entre Portugal e Espanha realçam essa aproximação, mas tinha três entendimentos diferentes: para os ingleses, que pretendiam a neutralidade da Península, era um sinal claro dessa posição e significava que Espanha não estava tão próxima da Alemanha; para Espanha, que a retaguarda fronteiriça portuguesa estava segura e um argumento para as negociações com a Alemanha; para Portugal, a reafirmação da aliança inglesa e da neutralidade espanhola (Telo, 1987:44) (Rosas, 1984:111). O quadro internacional português, em vésperas do início do conflito, tinha assim como pano de fundo não só a Aliança com a Inglaterra e a sua proximidade política, como também o Tratado de Amizade e Não Agressão com Espanha, assinado em Março de 1939 (Teixeira, 2004:47).

No plano interno, a situação também era menos complexa e conflituosa do que aquela que podíamos encontrar na 1ª República, no início da I GM. A instabilidade governativa, que tinha caracterizado aquele período, não se encontrava presente no actual regime. Durante a década de 30, o Estado Novo tinha conseguido ultrapassar a instabilidade governativa dos anos 20, existia apenas um partido a “*União Nacional*”, criado por decreto-lei destinado a agregar as forças civis que apoiavam o regime, excluindo da actividade política os outros grupos. A criação dos Serviços de Censura e da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) encarregar-se-ia, com o decorrer do tempo de eliminar e reprimir qualquer oposição. O início da Guerra Civil de Espanha permitiu inclusivamente um endurecimento do regime, forçando o consenso nacional (Teixeira, 2004:46). A fraca oposição aproveitava para desencadear algumas acções contra o regime, tendo falhado, inclusivamente a 4 de Julho de 1937, um atentado a Salazar. Aumentaram significativamente os presos por motivos políticos, acompanhados da criação de novos estabelecimentos prisionais como o Tarrafal, em Cabo Verde e o Depósito Penal de Angola. Também na Administração pública e nas Forças Armadas, não houve margens para discordâncias, tendo sido publicados Decretos-Lei que obrigaram todos os funcionários a declarar por escrito o apoio à ordem estabelecida, renunciando a quaisquer ideia subversiva ou comunista. Foram demitidos ou transitavam para a reforma compulsiva todos os funcionários e militares que se haviam manifestado contra o regime (Vieira, 2001:66).

Em 1937, com Salazar a acumular as funções de Presidente do Conselho com a Pasta

³⁴ Mais tarde conhecido como Pacto Ibérico, foi proposto por Franco a Salazar em Setembro de 1938, pretendia fundamentalmente em primeira instância assegurar que as suas fronteiras com Portugal, não seriam utilizadas pelos ingleses numa ofensiva contra Franco. Após a conferência de Munique em Setembro de 1938, permanecia no ar um eventual conflito de interesses Ingleses e Alemães em Espanha. Salazar foi adiando a decisão, porque entendia que este ponto se sobrepunha à aliança e após várias negociações com Franco e Londres, o acordo é assinado a 17 de Março de 1939.



do Ministério da Guerra, teve lugar a grande reforma militar do Estado Novo³⁵. O conceito estratégico de emprego da força militar, até à Guerra Civil de Espanha, estava mais vocacionado para a defesa do “*império*”, com uma componente naval mais acentuada, ainda baseada no conceito de 1926 de Pereira da Silva (uma esquadra oceânica capaz de assegurar a ligação Lisboa-Açores-Colónias). A defesa da fronteira terrestre com Espanha constitui-se agora a principal preocupação para a integridade territorial portuguesa, exigia um Exército melhor equipado e preparado contra um inimigo espanhol poderoso. Com a nomeação do Capitão Santos Costa para Subsecretário de Estado, responsável pelo rearmamento (posteriormente Secretário de Estado e a partir de 1944 a Ministro da Guerra), vários diplomas são aprovados³⁶ e desencadeadas as negociações para a compra de equipamentos. A questão do reequipamento não era consensual e vai trazer alguma divisão na hierarquia militar e no governo, nomeadamente entre os que defendiam o reequipamento com o apoio inglês (Armando Monteiro, embaixador em Londres e a Chefia do Exército) e os que consideravam o material alemão superior (Santos Costa)³⁷, tendo vencido a segunda opção. Apesar destes esforços de modernização, o relatório anual da embaixada britânica em Lisboa de 1938 é peremptório “*o Exército tinha um valor medíocre e era sobretudo uma força de ordem pública, sendo a sua principal fraqueza a incompetência dos seus chefes*” (Telo, 2004:419). Era precisamente sobre as chefias, embora noutra vertente que as reformas militares de 37 se destinavam: “*consolidar o controlo do Estado Novo, sobre os militares em geral e sobre o Exército em particular*” (Telo, 2004:414). Para Salazar, a continuação do regime também passava pela aproximação do Exército aos ideais do Estado Novo, assim, para além da questão territorial, a reforma pretendia subordinar os militares ao poder político. Para isso, era essencial a passagem à reserva dos mais resistentes e críticos do regime. Este processo de aproximação é favorecido pela conjectura internacional, com a iminência de um conflito europeu, como refere Medeiros Ferreira “*nada mais favorável para as relações entre o poder político e a instituição militar do que um estado de crises em que não haja guerra, mas exista a ameaça verosímil dela*” (2004:302).

³⁵ Uma reforma desta dimensão nas Forças Armadas, só voltará a ocorrer passados 20 anos, com a Lei de Base de 1956 (Ferreira, 2004:301).

³⁶ São aprovadas leis e decretos-lei, contemplando a organização geral do Exército, do recrutamento e serviço militar, da aviação, do sistema de ensino militar, a situação e a promoção de oficiais, remodelação de vencimentos e as disposições sobre o estatuto de aposentação (Ferreira, 2004:302).

³⁷ Armando Monteiro, recorda “*que em caso de guerra, Portugal só pode receber ajuda militar de Inglaterra, pelo que o armamento alemão seria inútil*” (Telo, 2004:418), para Santos Costa, as dificuldades apresentadas por ingleses e o entendimento que o material alemão era de superior qualidade, fazem com que o reequipamento seja maioritariamente alemão.



b. O Estado Novo durante a Neutralidade

1) A neutralidade, razões político-estratégicas e geopolíticas

Quando declarou a neutralidade, Salazar tinha sobretudo como propósito a continuidade do regime e a salvaguarda dos interesses nacionais. Os espaços territoriais, continental, assim como os insulares, tinham de ser protegidos. As possessões ultramarinas em África (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Macau, Goa, Damão, Diu, Timor) tinham de ser mantidas. No entanto, Portugal não dispunha de capacidade militar que lhe permitisse desdobrar-se por todos estes locais³⁸. Os meios e a preparação militar não se encontravam a um nível que permitisse a ligação e a defesa do território (Teixeira, 2004a:47).

Como referido anteriormente, fazer a guerra do lado dos Aliados comportaria o risco de uma invasão do território ibérico pela potência continental (a Alemanha), possivelmente com o apoio espanhol, onde algumas correntes defendiam a aproximação ao Eixo e a Falange que queria a unificação política da Península Ibérica. A guerra do lado do eixo levaria à captura dos territórios Atlânticos, sobretudo os Açores e Cabo Verde, pelas potências marítimas (a Inglaterra progressivamente os EUA). Sem a protecção inglesa, as duas maiores colónias em África, Angola e Moçambique seriam alvo de cobiça da União Sul-Africana (Antunes, 1995:17).

Portugal possuía três recursos para este difícil equilíbrio de tentar manter os objectivos enunciados anteriormente: em primeiro lugar, o Pacto Ibérico, o Estado Novo apoiara Franco durante a guerra civil, tinha sido o primeiro país a assinar acordos comerciais com o regime franquista; em segundo, o Arquipélago dos Açores, objecto de cobiça pelos Aliados e pelo Eixo; em terceiro, as minas de volfrâmio, material estratégico, precioso para o fabrico de armamento, sendo Portugal o maior extractor europeu (a Suécia, outro dos exportadores só podia oferecer um décimo da produção portuguesa). Estes três trunfos, conjugados com a sagacidade de Salazar na defesa dos interesses nacionais e a sua frieza defensiva, levaram a que Portugal oscilasse como um pêndulo entre o Eixo e os Aliados (Antunes, 1995:18). Medeiros Ferreira acresce a estes factores, o conhecimento por parte dos responsáveis militares e políticos das fracas capacidades em que se encontravam as forças militares, sobretudo o Exército. Nesse ano (1939) um relatório do major-general do Exército Júlio Morais Sarmiento, evidencia o dispositivo de defesa “*sem pés e sem membros*” (2004:302), (Ferreira, 1998:14).

³⁸ Portugal é um pequeno estado com cerca de 92.391 km², no entanto a sua expansão marítima permitiu-lhe acumular possessões 25 vezes superiores ao seu tamanho.



2) A manutenção do estatuto de Neutralidade

A conveniência da posição portuguesa fora discutida em Londres antes da eclosão da guerra. Em finais de Agosto de 1939, o Comité de Defesa Imperial inglês concluiu que seria mais conveniente que o aliado Portugal se mantivesse neutral e benevolente. Baseou-se esta conclusão em três premissas: 1) Em termos militares, Portugal seria mais um fardo do que uma ajuda, em virtude das fracas capacidades; 2) Se Portugal entrasse na guerra, poderia fazer com que a neutralidade de Espanha se transformasse em hostilidade ao lado de Hitler; 3) Só numa eventualidade de Espanha se aliar ao Eixo, é que o território português teria realmente valor para a Inglaterra. Nestas condições, achavam os chefes militares ingleses “ *é muito importante evitar a participação de Portugal na guerra*” (Antunes, 1995:39). No entanto, a natureza desta neutralidade não foi sempre constante, ela foi-se moldando de forma a corresponder aos interesses das partes em confronto e salvaguardar os interesses portugueses. Caracteriza-se de seguida esta mutação da natureza neutral da posição portuguesa.

Numa primeira fase, até Junho de 1940, que corresponde ao período do colapso da França e a chegada aos Pirenéus franceses das divisões alemãs, os beligerantes concordaram com essa neutralidade e nenhum dos antagonistas pressionou os estados ibéricos para abandonarem a sua situação, uma vez que a Península Ibérica e o espaço atlântico não eram importantes estrategicamente para o conflito que ocorria numa zona bem limitada do Centro da Europa. Durante este período, a diplomacia portuguesa manteve uma neutralidade rigorosa, com poucas cedências a favor da Inglaterra, encontrava-se também envolvida num processo, tendo em vista a manutenção dos estados do Sul da Europa neutrais, nomeadamente Itália, Espanha e Portugal, funcionando como um “*bloco latino neutral*”³⁹, que pudesse constituir-se como uma terceira via, com força capaz de ser ouvida nas conferências de paz que decorreriam após o conflito. A atitude portuguesa não levantou grandes problemas com a Inglaterra nos primeiros tempos, embora pesassem as pressões exercidas em Inglaterra por alguns sectores, para uma postura mais firme do governo inglês, perante as posições do governo português, que segundo os ingleses não correspondia à “*neutralidade colaborante*”, que se esperava ser semelhante à da IGM. Uns defendiam a beligerância portuguesa como uma forma de contornar as crescentes dificuldades colocadas por Lisboa, como o embaixador inglês, em Lisboa, que sustenta inclusivamente a ocupação de Portugal por 3 a 5 divisões inglesas, de modo a antecipar um que mais evidente ataque alemão. Contudo, o governo inglês foi mais ponderado, limitou-se a apresentar um protesto oficial junto de Lisboa, lamentando a forma como Portugal

³⁹ Processo repartido com Roma, que é apoiada por Madrid, embora Lisboa não se mostre muito interessada, outra opinião do Professor João Medina defende que foi um plano que teve origem em Salazar (2004:148).



entende a neutralidade. Segundo um relatório, que é aprovado pelo governo inglês, a intervenção militar na Península estava fora de questão, uma vez que podia provocar uma reacção espanhola, numa altura de não beligerância duvidosa, mas na questão Atlântica, a perspectiva era outra. Nos fins de Maio, quando a queda de França é mais que evidente, os Aliados (Inglaterra e EUA) prepararam planos de ocupação preventiva dos Arquipélagos Atlânticos⁴⁰. O presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, a 27 de Maio, num discurso pela rádio afirma “*seria estúpido esperar que a Alemanha as ocupasse para só depois reagir*” (Antunes, 1995:60). O conteúdo desta declaração deixou o Governo português bastante inquieto, num ofício enviado a 31 de Maio para Londres, Lisboa negava qualquer pretensão alemã sobre as ilhas e mostrava a disposição de “*defender militarmente Cabo Verde e os Açores e a sua neutralidade até ao limite das suas forças*”. Roosevelt e Churchill não entenderam estes avisos como uma ameaça, em virtude da fraca capacidade de resposta portuguesa que seria “*pouco mais que simbólica*” (Antunes, 1995:62). A diplomacia inglesa conseguiu atenuar estes antagonismos entre os dois países e refrear este primeiro ímpeto americano nos Açores (Ribeiro, 2004:182), porém a operação tinha uma data planeada de execução, 22 de Junho de 1941, exactamente o dia em que a Alemanha lança a “*Operação Barbarossa*”.

Entre Junho de 1940 e Junho de 1941, é considerado por alguns autores, o período em que a manutenção dessa neutralidade esteve mais ameaçada (Telo, 2004:425), (Teixeira, 2004:47). Esta altura corresponde à fase em que a Alemanha, após a queda de França (Junho de 1940), prepara uma grande ofensiva para alargar o seu poder ao Sul da Europa e investir numa estratégia marítima, através do domínio do Mediterrâneo, com a ocupação do Norte de África francês e das ilhas Atlânticas (Madeira, Cabo Verde e Canárias), onde se incluía o ataque a Gibraltar (operação Félix) e um eventual ataque a Lisboa. O êxito desta ofensiva colocaria sérios problemas às comunicações britânicas e obrigariam a Inglaterra a assinar a Paz num período de tempo muito curto, o que permitiria a Hitler seguir o seu calendário de no Verão de 1941, atacar a Rússia. Os Açores não são contemplados nos planos, uma vez que os alemães, acreditavam que mesmo que conseguissem tomar de assalto o Arquipélago, não o conseguiriam defender de um contra-ataque inglês. Por sua vez, a Espanha, nos fins de Junho, empolgada pelas vitórias alemãs, modifica a sua posição e manifesta interesse em entrar na guerra, na perspectiva de não se ver excluída da mesa de negociações dos vencedores. Para a

⁴⁰ Açores, Canárias, Cabo Verde, tendo os ingleses alargado esses planos aos caminhos-de-ferro da Beira e de Benguela, em colaboração com a Rodésia (Zimbabwe desde 1980), e da União Sul Africana (África do Sul a partir de 1961).



Alemanha, a colaboração espanhola abre a porta para o controlo de Gibraltar, favorecendo a sua estratégia de domínio do Mediterrâneo (Teixeira, 2004:48). No entanto, Franco apercebe-se que a Alemanha não seria capaz de lhe garantir o fornecimento de matérias-primas essenciais, nem lhe promete as colónias francesas⁴¹ e a hegemonia Peninsular que ambicionava⁴². Assim, a partir de Setembro recua, procurando responder às pressões alemãs com a colocação de um conjunto de exigências que sabe à partida que Berlim não pode cumprir. Em Outubro, Franco e Hitler encontram-se em Hendaya para negociar uma aproximação de posições, que resultou novamente num impasse. Estas hesitações espanholas fazem com que a “*operação Félix*” seja adiada a 12 de Dezembro de 1940. Nesta altura, Hitler decide que a prioridade será a Leste e não a Sul e avança com a “*operação Barbarossa*”⁴³. Como nos foi referido na entrevista realizada junto do Professor Doutor António Telo “*a ideia de que Franco orientava a sua política externa, pelos conselhos de Salazar, fruto porventura de um sentimento de gratidão, resultante da ajuda durante a guerra civil, são pura ilusão, uma vez que Espanha conduziu a suas relações de acordo com a leitura do que eram os seus interesses do Estado e do regime*”.

Entendia Portugal que esta alteração da política de Espanha constituía uma ameaça à neutralidade portuguesa e, potencialmente, podia arrastar Portugal para o conflito, por duas razões: ou porque a Espanha aliada da Alemanha, aproveitaria o seu apoio para uma anexação de Portugal, ou porque a aliança germano-espanhola, obrigaria a uma intervenção inglesa na península. Deste modo, a política externa de Lisboa desenvolve esforços no sentido de aproximar Madrid da neutralidade, enquanto Franco pressiona Salazar para um pacto ibérico contra a Inglaterra. Porém, para Salazar, o equilíbrio peninsular e a integridade do “*império*” dependiam da aliança inglesa e não aceita a proposta, avançando antes com uma reafirmação e alargamento do Tratado de Amizade e Não Agressão de 1939. Franco aceita e o acordo é assinado em Julho de 1940. Para Salazar significava uma vitória diplomática e com ela a garantia de que a fronteira espanhola estaria mais segura e a beligerância espanhola ao lado do Eixo estaria ultrapassada. Severiano Teixeira refere que “*a neutralidade portuguesa pesará*

⁴¹ A Alemanha seguia nesta altura uma política de conciliação com o regime francês de Vichy, tendo como objectivo a neutralização da esquadra francesa no Mediterrâneo e as colónias no Norte de África, procurando atrair Vichy para o lado do Eixo. Nestas circunstâncias Berlim não pode aceitar as exigências espanholas, uma vez que poderia conduzir os franceses para os braços dos ingleses.

⁴² Franco envia Suñer (chefe da Falange espanhola) à Alemanha para dialogar com Hitler, tendo afirmado que “*de um ponto de vista geográfico Portugal não tem o direito de existir*” (Medina, 2008:153).

⁴³ A Operação Barba Ruiva, ou “*Barbarosa*”, preparada para o início da Primavera, foi atrasada por causa dos acontecimentos nos Balcãs, com a operação contra a Jugoslávia e posteriormente contra a Grécia, que acabou por adiar para 22 de Junho a data da invasão. Se ocorresse no início de Maio, *Barbarossa* teria terminado antes do início do inverno Russo.



efectivamente sobre o afastamento espanhol da beligerância” (2004:48). Mas Franco tinha outros planos e utiliza este acordo para reforçar a pressão sobre Hitler no sentido de obter as condições por si impostas. O acordo é apresentado a Hitler, como um domínio espanhol sobre Portugal. Hitler, como nos disse António Telo “não acredita numa mudança portuguesa em relação à Inglaterra e, nos seus planos, Portugal é uma questão secundária para ser resolvida após a paz, à semelhança das colónias. Não queria empenhar tropas que poderiam se constituir como um peso morto, como tinha acontecido na IGM. Interessava, portanto, manter, a neutralidade dos países ibéricos, não abrir uma nova frente”. Como referimos anteriormente, a prioridade era a frente Leste e as questões a Sul, nomeadamente na Península Ibérica, perdem o interesse estratégico para a Alemanha, desde o momento que os planos de asfixia da Inglaterra, que passavam pelo domínio do Mediterrâneo e do acesso ao petróleo dos países Árabes, ficam sem efeito.

A Inglaterra conhecia as grandes linhas da “Operação Félix” concluindo que a sua esquadra estacionada em Gibraltar tem de sair em caso de ataque, mas não se podia afastar do estreito, pois era vital impedir a passagem da esquadra italiana para o Atlântico. A solução é ocupar de surpresa os Açores e Cabo Verde, consideradas bases navais alternativas a Gibraltar. Londres recomenda ao governo Português que retire para os Açores, assim que o primeiro alemão passe os Pirenéus, pois não pode assegurar a defesa do continente. Podemos assim dizer que, neste período, para além da aliança desenvolvida entre os países ibéricos, o que contribuiu de sobremaneira para a neutralidade e porventura mais importante, foi o interesse quer dos ingleses, quer dos alemães em manter Portugal e Espanha neutrais. “*Foram as circunstâncias estratégicas da própria guerra*”, como escreve Severiano Teixeira (2004:48).

Entre Junho de 1941 e Abril de 1943, esta ameaça de envolvimento português e de quebra da neutralidade espanhola tornam-se menos prováveis de acontecer, devido à invasão da URSS, ao envolvimento dos EUA⁴⁴ e à ocupação Aliada do Norte de África, o que retira importância estratégica à Península Ibérica. Este período é marcado por uma aproximação de Franco à neutralidade geométrica de Salazar. Franco tinha colocado de lado a beligerância ao lado do Eixo e aproxima-se cada vez mais dos Aliados. Assim, não surpreende o pedido de encontro com Salazar, que se realiza em Fevereiro de 1942, em Sevilha, colocando um fim a dois anos de alguma tensão entre os dois regimes. Este estreitamento de relações saiu reforçado com a proclamação do Bloco Ibérico em

⁴⁴ A 7 de Dezembro de 1942, o Japão ataca os EUA (Pearl Harbour), a 11 de Dezembro a Alemanha e a Itália declaram Guerra aos EUA (Ribeiro, 2004:183), (Dagen, 2000:557).



Dezembro do mesmo ano, com a visita do Conde Jordana, Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol a Lisboa.

Mas se a neutralidade ibérica era mantida pela diplomacia de ambos os países, a estratégia de guerra aliada e alemã, também continuava afastada da Península Ibérica. No Norte da Europa, mantinha-se a prioridade alemã no combate na frente russa, enquanto os Aliados canalizavam os seus esforços para as operações no Norte de África, com o lançamento da “*operação Torch*”, em Novembro de 1942.

De Abril de 1943 até Junho de 1944, corresponde ao período em que ocorre a expulsão do Eixo do Norte de África e a vitória aliada começa a desenhar-se, com a decisão de abertura de novas frentes na Sicília e na Normandia. Estas alterações na estratégia da guerra convertem a Península Ibérica num Teatro muito exterior, perdendo definitivamente qualquer importância para a conduta das operações na Europa. Está afastada a ameaça alemã de Portugal e Espanha, assim como a sua participação nos planos dos Aliados. Interessa a ambos os beligerantes a manutenção da neutralidade ibérica.

A integridade territorial, sobretudo continental, tinha sido até aqui, a principal preocupação da política externa portuguesa, a sua garantia abriu novas oportunidades para alcançar outros objectivos delineados pelo Governo: a integridade colonial, os interesses económicos e sobretudo a continuação do regime pós-guerra (Teixeira, 2004:49). Se o interesse pelo território continental era desvalorizado, pelo contrário os Açores ganha cada vez mais importância para os Aliados. É assim que, em Junho de 1943, a Inglaterra solicita formalmente a Portugal a utilização dos Açores e posteriormente, após resposta positiva de Lisboa, com a anuência de Espanha, tropas inglesas entram na base das Lages nos Açores. A reacção alemã limita-se a um simples protesto diplomático. Dá-se assim início à “*neutralidade colaborante*”. Consegue Lisboa através deste reforço da aliança inglesa, preservar o “*império colonial*”. “*Mas a guerra ainda não tinha terminado, a garantia não era definitiva, faltava ainda a sobrevivência do regime*” (Teixeira, 2004:49).

Do Verão de 1944 até ao final da guerra, acentua-se esta “*neutralidade colaborante*”, que corresponde ao início da invasão da Normandia. A necessidade de estabelecer uma ponte aérea, para apoio das operações na Europa, conduz os EUA a um pedido de utilização dos Açores junto de Lisboa⁴⁵. Este pedido, a par da questão do embargo do volfrâmio aos alemães, gera, no entanto, alguma tensão entre portugueses e

⁴⁵ Os acordos com os ingleses, já previam o reabastecimento de aeronaves dos EUA, mas não permitiam a sua permanência. Os EUA solicitavam a base de Santa Maria para uma utilização exclusiva por parte dos seus meios militares.



ingleses, durante este período. A resistência de Lisboa em aceitar o embargo de volfrâmio à Alemanha (que Lisboa vai protelando o mais que pode), provoca nos ingleses grande apreensão, havendo contactos e planos de substituição de Salazar no governo⁴⁶. A segunda questão prende-se com a relutância de Lisboa em dar uma resposta positiva a Washington. O governo português considerava os EUA como um duplo perigo: ao império colonial, em virtude das posições anti-colonialistas dos norte-americanos e aos regimes europeus, pela sua determinada política de expansão da democracia. Lisboa vai adiando a decisão, na esperança que Inglaterra se oponha. Mas, para os ingleses, o apoio americano é fundamental para o esforço de guerra e pressionam Portugal, no sentido de permitir a utilização dos Açores. Iniciam-se assim as negociações bilaterais com os EUA. Estes asseguram a utilização da base de Santa Maria, a título provisório, Portugal pelo seu lado, consegue assegurar a devolução de Timor ocupado. No plano político, a sobrevivência do regime pós-guerra (Teixeira, 2004:50).

c. A situação interna

Oliveira Salazar acumulou, neste período, um poder efectivo nos sectores fundamentais para a condução das actividades políticas essenciais à prossecução dos interesses vitais do regime: presidente do Conselho de Ministros, ministro da Guerra e ministro dos Negócios Estrangeiros. Politicamente, as diversas remodelações governamentais não significaram modificações de vulto nas orientações políticas e ideológicas e a União Nacional revelava uma acentuada impotência política, que lhe advinha da subordinação ao governo.

Apesar da crescente agitação social, dos movimentos grevistas (principalmente a partir de 1941), do alargamento da influência do Partido Comunista e da constituição do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) em Dezembro de 1943 e dos problemas suscitados pelas acções e iniciativas das redes de espionagem e propaganda dos beligerantes, pode-se afirmar que nunca conseguiram constituir-se como uma alternativa e pôr em causa o regime (Rosas, 1992:53). Como nos refere Fernando Rosas, “*Durante todo o período da Segunda Guerra Mundial, não houve qualquer evolução política significativa no Estado Novo*” (1992:53). Ao nível social e económico, a principal preocupação no início da guerra, era a de manter a situação social estável e impedir os fenómenos que

⁴⁶ O governo inglês autoriza o embaixador em Portugal a fomentar e apoiar um golpe contra Salazar a partir dos meios militares mais próximos de Carmona e dos monárquicos (Rosas, 2008b:83).



ocorreram durante o primeiro conflito⁴⁷. Para tal, a política monetária e financeira desempenharam um papel fundamental. Foram neste sentido tomadas medidas para aumentar as reservas de produtos e o reforço dos meios de intervenção no comércio externo e interno, de modo a assegurar que o país tivesse as reservas necessárias e que os aumentos ilegais seriam severamente punidos⁴⁸. Mas se por um lado, a conjuntura económica, conduz ao racionamento de abastecimentos e ao aumento do custo de vida, por outro lado surgem fenómenos como o novo-riquismo⁴⁹, decorrente do comércio externo, principalmente do volfrâmio, criando um clima propício a agitações e movimentações. Ainda no âmbito político-social, com o aproximar do fim da guerra e a mais que iminente vitória aliada, generaliza-se a ideia de que os regimes ditatoriais ou fascistas não serão permitidos pelas democracias vencedoras depois do conflito, gerando novas movimentações quer civis, quer no interior da instituição militar. Conspira-se nos quartéis, às causas anteriores, juntam-se as pressões para a tomada de decisões, como a demora no embargo de volfrâmio (Fevereiro de 1945), as questões salariais, a que o aumento dos vencimentos dos oficiais não é alheio (Fevereiro de 1945), assim como mais tarde e já pós-guerra a algumas insurreições para derrube do governo, aparentemente, pretendia-se reforçar o papel do Presidente da República, o General Carmona (Medeiros, 2004: 303).

d. Síntese conclusiva

Neste capítulo pretendeu-se responder à questão derivada (QD 3) – Quais foram os objectivos políticos do Estado durante a neutralidade portuguesa na II GM? Pode-se admitir após a análise efectuada neste capítulo, que os objectivos traçados pelo Estado Português foram os seguintes: a defesa da integridade territorial; a manutenção da neutralidade e a continuação do regime. Assim, para a viabilidade da neutralidade podemos considerar internamente e externamente os seguintes factores: Ao nível interno, a estabilidade governativa do Estado Novo, com a existência de um só partido (União Nacional), a par das medidas legislativas e policiais entretanto tomadas e um afastamento compulsivo de cidadãos com posições contrárias ao regime, dificultaram a existência de

⁴⁷ Salazar formara-se como universitário, no período pós IGM, conhecia os efeitos que um conflito desta natureza tinham produzido quer a nível internacional, quer a nível interno, na política, na economia e nas finanças (Ramos, 2008:13).

⁴⁸ É publicada neste período um conjunto de legislação que autorizam o governo a, proibir a exportação, requisitar lojas, restringir o consumo, promover levantamento de *stocks*, agravar as penas sobre açambarcamento, criação de várias comissões reguladoras do comércio de carvão, oleaginosas, metais, etc. (Telo, 1987:84).

⁴⁹ Como escreve Fernando Rosas, “a neutralidade portuguesa face a um conflito mundial iminente, anunciada formalmente por Salazar em discurso na Assembleia nacional a 22 de Maio de 1939 (...) correspondia aos interesses profundos das classes dominantes em Portugal, sendo que é por ela, em certa medida, conquistada” (1988: 25).



oposição interna durante este período. Com excepção de alguns movimentos, que nunca chegaram a constituir-se como uma alternativa ao regime, a acumulação de cargos governamentais chave por parte de Oliveira Salazar (Presidente do Conselho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra), permitiram-lhe deter uma posição de charneira, quer na diplomacia, quer na condução da política interna do país, como pudemos constatar ao longo deste capítulo. Na Política externa, a importância da posição geoestratégica portuguesa continental e atlântica suscitou, desde o início do conflito, um interesse decorrente sobretudo das estratégias dos grandes poderes. Durante a primeira fase da Guerra, a Alemanha não teve êxito na sua estratégia marítima e nos seus planos, os Aliados não previam, quer na fase inicial quer na intermédia, a utilização do espaço continental nem dos Açores, já na fase final, numa altura que o Eixo já não dispunha de capacidade de afectar meios para uma eventual campanha a Sul, a cedência das bases tornou-se premente. As circunstâncias fizeram com que *“houvesse uma anulação dos interesses entre o Eixo e os Aliados”*, permanecendo a península neutral. Se a *“operação Félix”* tivesse sido desencadeada, por exemplo, o Continente teria sido ocupado pelos exércitos germano-espanhóis e as ilhas e o império pelos Aliados. Em relação à aliança inglesa, refere Fernando Rosas, *“a neutralização da Península em caso de conflito passa a ser um objectivo estratégico importante da política britânica de preparação para a guerra no sentido de defender Gibraltar, isto é, o acesso ao Mediterrâneo, as costas ocidentais portuguesas e as suas ilhas atlânticas, bases fundamentais para o controlo britânico no Norte do Atlântico”* (1988:24).

A neutralidade portuguesa adaptou-se às diferentes fases da guerra, evoluindo inicialmente de uma posição mais benevolente em relação à Inglaterra, para uma mais estrita e equidistante a partir de 1940 e mais próxima e colaborante com os Aliados desde Maio de 1943. As preocupações da continuidade do regime estão directamente ligadas à neutralidade, como o demonstram a aproximação e apoio a um regime favorável na Espanha e no final do conflito as concessões de bases nos Açores aos ingleses e americanos.

Conhecido o encadeamento da neutralidade Portuguesa, no capítulo seguinte procurar-se-á conhecer como Portugal se organizou militarmente neste período.



5. A organização militar portuguesa durante a 2ª Guerra Mundial

Ao abordarmos a organização militar durante a II GM, temos que considerar, não só o seu dispositivo territorial, mas sobretudo neste período, o seu rearmamento. Como refere Severiano Teixeira, “*o exército enfrenta toda a Segunda Guerra Mundial com a reorganização de 1937 em desenvolvimento*” (2004a:51). Importa considerar quatro momentos: o primeiro, o decorrente da reorganização de 1937, uma vez que acarretou implicações perante a forma como foi planeada e conduzida a defesa de Portugal; o segundo no período entre Setembro de 1939 e Junho de 1940; o terceiro entre Junho de 1940 e Maio de 1943 e o quarto durante a neutralidade colaborante, a partir de 1943.

a. No período até à declaração de neutralidade

As reformas de 1937 incidiram sobretudo, na doutrina e formação, com a criação do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), com o propósito de criar um Corpo de Estado-Maior e a formação dos altos comandos. No equipamento e armamento, o conceito base assentava na modernização dos materiais com a colaboração do aliado inglês. No entanto por questões de interesses divergentes entre Portugal e a Inglaterra, sobre a Guerra Civil espanhola, este rearmamento deriva para outros países, nomeadamente para a Alemanha e Itália. Internamente a possibilidade de um ataque terrestre pela fronteira espanhola, suscitam preocupação sobre as possibilidades do exército na defesa do território. A resposta a esta questão, revela por um lado a fragilidade do relacionamento entre a hierarquia do exército e o Ministério da Guerra e por outro a pouca eficácia do plano de rearmamento. O relatório entregue ao ministério pelo exército, refere que tem armamento individual para 90 batalhões de infantaria e 30 esquadrões de cavalaria, mas só tem munições para 4 dias de combate, também não dispõe de viaturas, carros de combate ou armas anti-carro. Em termos de artilharia o panorama não é muito diferente, apenas a artilharia anti-aérea tem equipamento moderno, mas em pouca quantidade. A aviação, dispõe de 66 aeronaves, entre bombardeiros e caças, mas nenhum deles moderno, incapaz sequer de fazer frente a uma única esquadrilha de caças espanhol. No global conclui o relatório, “*nada de eficaz julgo poder fazer-se para manter intacta a integridade territorial da nossa metrópole, apesar de ser essa, de facto, a razão de ser do Exército*” (Telo, 2004:427). Constatava-se que a política de rearmamento tinha falhado, que o conceito de um exército numeroso e dotado de armas ligeiras, não era eficaz, faltava-lhe capacidade de movimentação, de armamento pesado, capacidade de comando e de uma logística capaz de apoiar o exército na defesa do território e não como referiam os relatórios ingleses de ser apenas para a manutenção da ordem pública. Como refere António Telo “*o documento é uma espécie de ajuste de contas da alta hierarquia com Santos Costa, pejado de*



críticas veladas à política de armamento seguida e de alfinetadas pouco disfarçadas ao próprio ministro, Oliveira Salazar” (2004:426).

b. Entre Setembro de 1939 a Maio de 1943

Com o começo da guerra, o comércio com a Alemanha, torna-se quase impossível, os Aliados controlam tudo o que é importado da Alemanha, permitindo apenas o que chega através de Itália e do Mediterrâneo. A Inglaterra por seu lado apenas garante algum equipamento para a defesa do Porto de Lisboa e para a artilharia antiaérea. Na aeronáutica militar, algumas hesitações e recuos impedem que cheguem a Portugal equipamentos mais modernos. Os EUA e o Canadá, constituem-se a alternativa possível, mas devido às fracas relações diplomáticas, apenas são comprados alguns hidroaviões, alguns veículos de transporte de carga e transporte de altas entidades (Telo, 2004:424). Destaca-se durante este período os anos de 1940-1941, em que a defesa do país está ameaçada pela eventualidade de uma invasão da Península Ibérica pelos alemães, com o propósito de controlar Gibraltar, o Norte de África e Cabo Verde. A “*operação Félix*”, como ficou conhecida, contemplava o estacionamento de duas divisões alemãs, nas províncias espanholas de Estremadura e Andaluzia, que em caso de necessidade tomariam Lisboa em 48 horas. Conhecendo ou não este plano, a verdade é que o regime discute um plano de defesa com o seu aliado inglês. O plano previa a retirada do governo para os Açores, numa grande operação naval. A defesa do continente centrava-se um pouco à semelhança das invasões francesas, em três linhas ao redor de Lisboa. Também, como nessa época, o apoio inglês com efectivos, era fundamental para o equilíbrio do dispositivo português⁵⁰ (Teixeira, 2004a:54).

c. O período a partir de 1943

O pedido inglês de cedência de bases nos Açores em 18 de Junho de 1943, implica segundo o entendimento da Chefia do Governo Português, um eventual ataque como retaliação alemã. Os ingleses não estão muito de acordo, uma vez que não viam na Alemanha os recursos, nem os objectivos para abrir uma nova frente. No entanto os ingleses consentem em apoiar este plano de defesa, como preço a pagar pela utilização dos Açores, bem mais importante para a sua estratégia. O plano de defesa conjunta não passa “*de um exercício mais político que militar*”, mas será o eixo central do planeamento de defesa nacional refere António Telo (2004:430). Apoiam-se nos planos já elaborados em 1935 e que são um decalque do traçado das Linha de Torres de 1810, agora previa-se substancialmente reforçada e equipada com o material mais moderno e vindo de Inglaterra.

⁵⁰ O Plano contemplava o reforço de 6 a 8 divisões e 2 brigadas blindadas, forças que Inglaterra não dispunha e cuja prontidão nunca permitiriam chegar a tempo (Teixeira, 2004a:54).



Basear-se-ia em três divisões portuguesas, reforçadas num prazo de 48 horas por três divisões britânicas (2 de infantaria e 1 blindada). O Norte do país, embora com um dispositivo mais reduzido, também seria defendido⁵¹, a defesa aérea de Lisboa e Porto estava incumbida, durante o dia à Aeronáutica Portuguesa, durante a noite à Royal Air Force (RAF), a defesa naval estava acometida à Marinha Portuguesa (Teixeira, 2004a:54).

Para além destes planos e dos exercícios que se desenvolveram para a sua efectivação (Outubro de 1943 e Verão de 1944), foi necessário mobilizar cerca de 26000 homens para os Açores, 3400 para a Madeira, 6700 para Cabo Verde e para Angola e Moçambique perto de 20000 homens. O exército recebe o material pesado que lhe faltava para as três divisões reforçadas, até à Primavera de 1944, a Inglaterra fornece a Portugal, camiões, tractores de artilharia, peças anticarro, peças antiaérea, morteiros médios e algumas peças de artilharia de campanha, cerca de 262 veículos blindados já dotados de comunicações, o que permitia o desenvolvimento de outro tipo de capacidade de transporte e coordenação. Na aeronáutica a renovação é mais ampla, em poucas semanas são recebidos cerca de 127 aparelhos mais modernos que os existentes, o que permite duplicar o número e melhorar muito a sua qualidade (embora estes aparelhos já tenham sido retirados da 1ª linha de utilização inglesa), tendo aumentado de 6 para 13 esquadrilhas. A armada também recebe material: cargas de profundidade, redes antitorpedo, peças antiaéreas, material de comunicações e meia dúzia de navios patrulhas de portos. Equipamento este necessário para a modernização dos navios e da defesa dos portos e da marinha mercante, mas menos espectacular e significativo. Neste período o material alemão também continua a ser recebido, chegam sobretudo metralhadoras e pistolas (Telo, 2004:431).

Conjuntamente com este reequipamento, são realizadas algumas manobras, principalmente as de Outubro de 1943 “*são as maiores que alguma vez se fizeram em Portugal continental desde 1815, com a mobilização do equivalente a três divisões reforçadas*” e no Verão de 1944 contam com um imenso desfile na Avenida da Liberdade, com cerca de 10 000 homens e 1500 veículos (Telo, 2004:432). Estas manobras são sempre apresentadas como um sucesso permitindo apresentar os novos equipamentos e verificar da possibilidade de montar um sistema de defesa no continente credível. No entanto escondem a falta de capacidade de coordenação e comando, as falhas nos serviços de informações, a incapacidade de controlar qualquer unidade acima de regimento e entre armas, o apoio logístico também não funcionou, havendo falta de combustível, peças e pneus e

⁵¹ Na defesa do Porto, o plano previa um batalhão de infantaria, um grupo de artilharia de montanha e um grupo de metralhadoras, complementadas no prazo de 29 dias com uma brigada de infantaria britânica.



unidades a lutar sem munições ou comida. Estes aspectos que não escapavam nos relatórios dos adidos militares em Portugal serviam os propósitos do regime que as aproveitaram para atingir os seus objectivos internos: intimar a oposição do regime e mostrar que os aliados estão com o Estado Novo e lhe fornecem armamento ao contrário do que a oposição fazia crer. As manobras de 1943, terminam com um discurso do Presidente do Conselho, com uma frase que sintetiza a situação “*Finalmente temos um Exército*”. Era o ajuste de contas do regime com o relatório do EME de 1939, principalmente de Santos Costa (Telo, 2004:432).

Quanto a Timor, ocupado desde Dezembro de 1941 por australianos e holandeses⁵², o período que transcorreu entre os protestos portugueses contra esta ocupação e o envio de uma força militar a partir de Moçambique, para substituir o contingente australiano-holandês, foi tão prolongado que a invasão japonesa da ilha encontrou as forças portuguesas a meio do Índico. Os protestos portugueses tinham agora como destino Tóquio. A diplomacia portuguesa, como contrapartida pela cedência da base de Santa Maria pelos EUA, consegue ver contemplada o retorno da soberania política e militar novamente sobre o território. No entanto, na capitulação japonesa a 22 de Setembro de 1945, por dificuldades de projecção não estaria presente nenhuma força militar portuguesa em Timor, o contingente chegaria com uma semana de atraso (Teixeira, 2004:55).

d. Síntese conclusiva

Neste capítulo, constatou-se o esforço desenvolvido pelo Estado Português de equipar e rearmar as forças militares com meios mais adequados e modernos. No entanto, o atraso na concepção desse plano, conjugado com as dificuldades da sua execução demonstraram que o instrumento militar não estava preparado para enfrentar os desafios que a conjectura internacional apresentava. Importa também referir que esta incapacidade militar evidenciada, durante este período na defesa do território continental, das ilhas atlânticas e das colónias Africanas e Timor foi sendo menos notória, à medida que passava o tempo, sendo considerada mais credível já no final do conflito. Em resposta à questão derivada (QD 4) - Como se organizou militarmente Portugal no decorrer da II GM?

Pode-se concluir que a concepção estratégica militar durante o conflito baseou-se na preocupação em defender quer o território continental, quer os arquipélagos dos Açores e da Madeira de uma eventual invasão alemã e a preservação das colónias Africanas e de Timor.

⁵² A 17 de Dezembro uma força combinada australiana e holandesa com um efectivo de cerca de 350 homens (Cardoso fala em 10000 homens (1992:50)), ocupa Timor-Leste, invocando a necessidade de defesa do território contra uma invasão nipónica. Foi a primeira violação da neutralidade e foi realizada pelos Aliados (Ribeiro, 2004:183).



6. Conclusões

Dado que os dois conflitos decorreram em épocas e circunstâncias diferentes, o desafio de estabelecer uma comparação de modo a obter uma resposta para a questão central (QC), levantada neste estudo “*Que objectivos políticos determinaram uma estratégia dissemelhante de Portugal perante as duas guerras mundiais do século XX e de que forma foi operacionalizada?*”, afigurou-se uma missão complexa, mas ao mesmo tempo aliciante.

Neste contexto, organizou-se uma estrutura para a elaboração do trabalho, dotada de um encadeamento lógico, materializada pelos quatro capítulos apresentados. Na I GM, procedeu-se a um enquadramento da política externa e interna, antes e durante o conflito, de modo a perceber os factores político-estratégicos que conduziram o Estado Português a intervir com forças militares no TO Europeu. Seguidamente, caracterizou-se a forma como foi organizada e conduzida essa intervenção e a defesa dos territórios portugueses. No passo seguinte, após um enquadramento político, em vésperas do início da II GM, procurara-se identificar os factores que possibilitaram a manutenção da neutralidade do Estado Português durante toda a guerra, para depois se procurar compreender a forma como a estratégia militar portuguesa foi delineada e executada durante a II GM. Para finalizar o trabalho, apresenta-se, nesta conclusão, a resposta ao problema levantado.

Os contributos para o conhecimento, que a elaboração deste trabalho permitiu avocar, estão consubstanciados na resposta à questão central que se levantou e, para a qual inicialmente se formularam algumas perguntas e se perspectivaram hipóteses, como possíveis respostas às mesmas, as quais se validaram nos capítulos dois, três e quatro deste estudo, consubstanciando-se assim como respostas à QC levantada, nomeadamente:

A intervenção de Portugal na I GM visava, fundamentalmente, garantir a manutenção das colónias, assegurar a soberania nacional face à Espanha, diminuir a dependência em relação à aliança inglesa e conseguir a credibilização internacional da república e, por último, em termos internos, consolidar a nível político e social o governo e limitar os efeitos da crise económica que o país atravessava. Estes objectivos políticos decorriam das questões externas que se colocavam à 1ª República, salientando-se a ameaça alemã às colónias africanas, o risco de uma invasão espanhola e a grande dependência que Portugal mantinha da aliada Inglaterra. Internamente, com a instabilidade política e social que se vivia, objectivava-se resolver, por um lado, a questão económica e, por outro, unir em torno de uma causa nacional, todos os portugueses, garantindo, fundamentalmente ao Partido Democrático, a permanência no governo. O êxito destes objectivos passava pela



intervenção militar no TO Europeu. Assim, foi necessário ao governo da 1ª República: organizar, preparar e conduzir a participação militar portuguesa na I GM, tendo como base uma actuação em três frentes de batalha distintas, duas no Teatro de Operações Africano e uma no Teatro de Operações Europeu, tendo mobilizado para o TO Europeu um Corpo Expedicionário Português (CEP) e um Corpo de Artilharia Pesado Independente (CAPI).

Na II GM, os objectivos políticos definidos pelo Estado Novo foram: preservar a neutralidade Peninsular; garantir a integridade do império e manter o regime no pós-guerra. O êxito destes objectivos passava pela defesa militar do território português. Neste contexto o Estado Novo concebeu uma, estratégia militar orientada para defender quer o território continental, quer os arquipélagos dos Açores e da Madeira de uma eventual invasão alemã, bem como preservar as colónias de África e de Timor.

Constatou-se que o propósito de uma nação ser reconhecida internacionalmente de pleno direito, entre iguais, num ideal republicano que defendia a presença de Portugal nos grandes palcos das decisões mundiais, ao lado dos vencedores, se revelou uma estratégia bastante arriscada. Pois o país não dispunha de instrumentos de poder preparados para conduzir uma intervenção no exterior de Portugal que, como referia Pimenta de Castro, citado por Severiano Teixeira *“Portugal está desprovido dos elementos e dos preparos indispensáveis para se afoitar a uma guerra com países civilizados (...) Já não foi pequeno o erro das duas avultadas expedições a Angola e Moçambique”* (1996:294).

Em ambas as guerras, verificou-se que a estratégia diplomática foi bem sucedida, porquanto conseguiu alcançar os objectivos traçados pelo Estado, nomeadamente, a intervenção na Europa, a neutralidade, a manutenção da aliança inglesa e a integridade territorial portuguesa.

Apesar do referido, e do sucesso alcançado pela estratégia diplomática, internamente a participação portuguesa na I GM, fracturou, mais ainda a 1ª República, acabando por a fazer desmoronar. Por outro lado, no Estado Novo, a manutenção da neutralidade, durante a II GM, ajudou a manter o regime e reforçou os apoios externos que lhe abriram a porta para um privilegiado reconhecimento por parte da Inglaterra e dos EUA, em detrimento do seu vizinho ibérico.

Ainda de salientar o facto de que perante as duas guerras, o instrumento militar português se revelou desadequado em relação aos objectivos políticos, uma vez que, por diversas condicionantes e circunstâncias, Portugal seguiu uma tendência de não preparar e adequar as suas capacidades militares, durante os períodos de Paz. De facto, quando quis empregar o seu suporte militar para o apoio da sua política externa, não teve meios e



condições para conseguir a sua afirmação perante os outros países.

Deste modo, constata-se a importância de uma clara definição de objectivos, por parte do decisor político, para a adequação do instrumento militar. Só assim será possível organizar, preparar e conduzir operações militares que sirvam os interesses nacionais e que valorizem essa mesma participação. A falta de investimento no vector militar, que possibilitou a fragilidade do potencial estratégico e a incapacidade de afirmação externa de Portugal, conduziram, como se concluiu, a situações dramáticas, tais como a que ocorreu na batalha de La Lys na Primeira Guerra Mundial ou à excessiva dependência externa para a defesa do próprio país, que se verificou na Segunda Guerra Mundial.

É pois um facto, por demais evidente, que nestes dois conflitos, a diferença de estratégias seguidas por Portugal se deveu a quem melhor soube entender as suas potencialidades, minorar as suas vulnerabilidades e, a partir do reconhecimento da sua incapacidade, “*saber durar*”⁵³.

⁵³ Expressão, utilizada por Fernando Rosas durante a entrevista realizada.



Bibliografia

a. Monografias

- AFONSO, Aniceto. (2008). *Grande Guerra, Angola, Moçambique e Flandres 1914-1918*. Guerra e Campanhas Militares da História de Portugal. Lisboa: QuidNovi.
- ANTUNES, José Freire. (1995). *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores 1941-1945*. Alfragide: Ediclube.
- ARRIFES, Marco Fortunato. (2004). *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Instituto de Defesa Nacional. Lisboa: Edições Cosmos.
- CARRILHO, Maria, et al. (1989). *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Dom Quixote.
- COELHO, Armando de Ramos, et al. (1997). *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), As negociações diplomáticas até à declaração da Guerra*. Tomo I e II. Lisboa: MNE.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia. Volume 1*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CUNHA, Joaquim da Silva. (1990). *Direito Internacional Público. Relações Internacionais (Aspectos Fundamentais do Seu Regime Jurídico)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- DAGEN, Nadeije Laneyrie. (2000). *Memória do Mundo das origens ao ano 2000*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- NOGUEIRA, Franco. (1993). *Juízo final*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- OLIVEIRA, General A. N. Ramires de. (1994). *História do Exército Português 1910-1945*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- RIBEIRO, António Silva. (2004). *Organização Superior de Defesa Nacional, uma Visão Estratégica 1640-2004*. Lisboa: Prefácio.
- ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo Vol II*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- ROSAS, Fernando. (1988). *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica (Estudos sobre a política externa do estado novo nos anos 30 e 40)*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- ROSAS, Fernando. (1999). *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*. Lisboa: Estampa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. (1989a). *História de Portugal, A Primeira República (1910-1926)*, vol XI. Lisboa: Editorial VERBO.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. (1989b). *História de Portugal, Da 1ª Legislatura à Visita*



Presidencial aos Açores (1935-1941), vol XIV. Lisboa: Editorial VERBO.

TELO, José António. (1980). *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. 2º vol. Lisboa: A Regra do Jogo.

TELO, José António. (1987). *Portugal na Segunda Grande Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. (1996). *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégicos, Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

VIANA, Vítor Daniel Rodrigues. (1996). *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

WHELLER, Douglas L. (1978). *História Política de Portugal 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

b. Contribuições em monografias

AFONSO, Aniceto. (2003) *Uma república de facções*. In Portugal Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 29 a 30.

FERREIRA, José Medeiros. (1998). *Os Militares e a Política*. In Portugal e a Guerra – História das Intervenções militares portuguesas nos conflitos mundiais séculos XIX e XX. Lisboa: Colibri. p.11 a 29.

FERREIRA, José Medeiros. (2004). *As Forças Armadas e a República: antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial*. In Nova História Militar de Portugal, vol IV. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 267 a 276.

FRAGA, Luís Alves. (2003a). *Uma república de facções*. In Portugal na Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 29 a 30.

FRAGA, Luís Alves. (2003b). *1915, à espera da beligerância*. In Portugal na Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 179 a 181.

FRAGA, Luís Alves. (2003c). *Os navios alemães, declaração de guerra*. In Portugal na Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 179 a 181.

GOMES, Nuno Santa Clara. (2003). *O Corpo de Artilharia Pesado Independente*. In Portugal na Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de



- Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 443 a 446.
- GÓMEZ, Hipolito de la Torre. (2003a). *As relações ibéricas (1914-1918), uma delicada travessia*. In Portugal Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 339 a 342.
- GÓMEZ, Hipolito de la Torre. (2003b). *Portugal e Espanha no pós guerra*. In Portugal Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 339 a 342.
- MATOS, Luís Salgado de. (2004). *República: Um “Corpo com Alma”*. In Nova História Militar de Portugal, vol IV. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 117 a 199.
- MEDINA, João et al. (2004). *A República, O Estado Novo*. In História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias. vol XV. Alfragide: Ediclube.
- RAMOS, Rui. (2008). *As Guerras da República*. In História de Portugal: A Segunda Fundação vol XII. Direcção de José MATTOSO. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 116 a 215.
- ROSAS, Fernando. (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. In Nova História de Portugal, Direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença.
- ROSAS, Fernando. (2008). *Saber durar (1926-1949)*. In História de Portugal: O Estado Novo. vol XIV. Direcção de José MATTOSO. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 13 a 117.
- TELO, José António. (1998). *A Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. In Portugal e a Guerra – História das Intervensões militares portuguesas nos conflitos mundiais séculos XIX e XX. Lisboa: Colibri. p. 109 a 125.
- TELO, José António. (2003). *A Grã-Bretanha e a beligerância portuguesa*. In Portugal Grande Guerra 1914-1918. Coordenação de Aniceto AFONSO e Carlos de Matos GOMES. Lisboa: Diário de Notícias. p. 205 a 207.
- TELO, José António. (2004). *Os começos do século*. In Nova História Militar de Portugal, vol IV. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 348 a 384.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. (1998). *Portugal e a Guerra – História das Intervensões militares portuguesas nos conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2004a). *Portugal nos conflitos Internacionais*. In Nova História Militar de Portugal, vol IV. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno



Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 14 a 34.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2004b). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. In Nova História Militar de Portugal, vol IV. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 35 a 45.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2004c). *Portugal e a Segunda Guerra Mundial*. In Nova História Militar de Portugal, vol IV. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p. 46 a 55.

c. Artigos de publicações em série

CARDOSO, General Pedro. (1992). *Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX*. In Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pedro Cardoso. Vol IV. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. p. 17 a 73.

FERNANDES, João Paulo Santos de. (2003). *O Ultramar Português no Apaziguamento Internacional*. In Estratégia. Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho. Vol XIV. Instituto Português da Conjuntura Estratégica: Lisboa. p. 169 a 300.

MARQUES, Isabel Pestana. (2009). *Como eles nos viram*. In I Guerra Mundial, Portugal nas Trincheiras. Visão História n.º4. Lisboa: Revista Visão. p.94 a 95.

NUNES, Isabel Alexandra R. Gomes Ferreira (1993). *Delineamento de uma Estratégia Diplomática Portuguesa. Portugal na II Guerra Mundial*. In Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pedro Cardoso. Vol V. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. p. 51 a 297.

RODRIGUES, Pedro Caldeira. (2009). *O DESASTRE DE LA LYS*. In I Guerra Mundial, Portugal nas Trincheiras. Visão História n.º4. Lisboa: Revista Visão. p.62 a 67.

d. Bibliografia consultada não referenciada

ALMEIDA, João Marques de, et al. (2008). *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX – XX*. Lisboa: Edições Cosmos.

ARAÚJO, Rui. (2008). *O Diário Secreto que Salazar não leu*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.

BARROS, Júlia Leitão de. (2002). *Afonso Costa*. In Joaquim Vieira. Fotobiografias do Século XX. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

FERREIRA, José Medeiros. (2004). *PORTUGAL E OS EUA NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS: A PROCURA DO PLANO BI-LATERAL*. Cadernos Navais n.º 9 – Abril. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

FERRO, Marc. (2002). *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, Lda.

LOUSADA, Abílio Pires. (2007). *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal*



1820-1974. Lisboa: Prefácio.

MACEDO, Jorge Braga de, MALTEZ, José Adelino, HENRIQUES, Mendo Castro. (1999). *Bem Comum dos Portugueses*. Lisboa: Veja.

MOURA, Cor Inf Fernando Barroso de. (1985). Portugal e a 2ª Guerra Mundial: A manobra Política e a credibilidade do aparelho militar: Consequências na estrutura, meios e eficácia das Forças Armadas. TII do CSCD 1984/1985. Lisboa: IAEM.

NOGUEIRA, Franco. (2000). O Estado Novo [1933-1974]. Porto: Livraria Civilização Editora.

OLIVEIRA, César. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições o Jornal.

ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo Vol I*. Venda Nova: Bertrand Editora.

ROSAS, Fernando. (1986). *O Estado Novo nos anos trinta 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa.

SANTOS, António Pedro Ribeiro. (1999). *O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

TELO, José António. (1991). *Portugal na Segunda Grande Guerra (1941-1945)*. Vol I Lisboa: Vega.

VALENTE, Vasco Pulido. (1997). *A “República Velha” 1910-19187*. Lisboa: Gradiva.



Apêndice 1 – Corpo de conceitos

1. O Sistema Político Internacional

De acordo com o General Cabral Couto, podemos genericamente considerar como sistema político internacional “*um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interactuam com uma certa frequência e regularidade*” (1988:19). Ainda de acordo com o mesmo autor, “*o nível sistémico é o único que permite examinar as relações internacionais como um todo (...) e assenta nos seguintes pressupostos fundamentais:*

- *Todo o sistema busca o equilíbrio e regularidade de funcionamento, isto é, contém em si mecanismos que lhe permitem, quando sujeito a uma perturbação, reagir e retomar uma posição de equilíbrio, de forma a evitar a sua rotura ou a garantir a sua sobrevivência;*
- *No jogo da política internacional o ponto fundamental a ter presente é que cada actor é guardião da sua própria segurança e independência;*
- *O comportamento de cada actor depende do comportamento dos outros actores*” (1988:13 e 14).

2. O Estado

Os Estados, “*sociedades organizadas de forma soberana num território bem definido, geridas por um governo destinado a fazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que as compõem*” (1988:19), caracterizam-se por: “*Um território bem limitado, uma população, um governo com capacidade de estabelecer relações com outros Estados e acima de tudo, soberania a qual se traduz no não reconhecimento de qualquer autoridade externa superior à sua (...)*” (1988:20,21).

Qualquer Estado tem como objectivos teleológicos a Segurança e a Prosperidade e Bem-estar. Para prossecução destes objectivos as sociedades utilizam todos os instrumentos do Estado, tidos como essenciais para os alcançar, como o diplomático, económico, psicológico e militar (1988:23).

3. A Política

É a Arte e a ciência de governar as sociedades humanas instituídas em Estados e as relações entre Estados de forma a realizar as suas aspirações. A Política pode ser subdividida em interna e externa. “A Política fixa os objectivos que terão de ser realizados pela Estratégia” (1988:220).



4. Hierarquia dos Objectivos Políticos

Os objectivos políticos podem ser classificados em vitais, importantes ou secundários. Consideram-se objectivos vitais, quando a sua consecução é indispensável à sobrevivência nacional, pelo que o Estado mobilizará todos os seus recursos, um objectivo vital não é negociável. “São considerados importantes os objectivos que se relacionam de forma significativa com os fins últimos da política, mas sem serem indispensáveis à sobrevivência nacional (...) diz-se que pelos objectivos vitais morre-se, por objectivos importantes combate-se e por objectivos secundários negocia-se” (1988:65,66).

5. A Interdependência das Políticas Externas e os Regimes Políticos

A complexidade crescente do sistema internacional, coloca sérias dificuldades em estabelecer as relações entre política interna e externa, de que modo uma influência a outra e vice-versa. Alterações ocorridas no meio internacional têm, quase inevitavelmente repercussões ao nível das diferentes componentes do mesmo, como forma natural da adaptação. O sistema perante estímulos internos ou externos tende a auto-regular-se reagindo através de estratégias de ordem política, diplomática, militar, económica e psicológica. Procurando os Estados, através das suas políticas externas, a implementação de determinados objectivos, estas devem ser elaboradas em conformidade com os referenciais internos e externos. De acordo com Frederick Hartman, citado por Isabel Nunes, “a elaboração de uma política externa deve obedecer a três fases: concepção, conteúdo e implementação” (1993:64). No entanto o mesmo autor refere, que qualquer uma destas fases depende de factores internos tais como: “a existência de meios para a sua implementação, a existência de uma elite política capaz de fundamentar e fazer valer a sua necessidade e finalmente uma opinião pública receptiva”.

6. Estratégia

Em termos definidos pelo General Cabral Couto, a estratégia é “ a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (1988:209). A estratégia ajuda a Política na correcta definição dos objectivos pretendidos, contudo “a política comanda a estratégia – a política é um fim; a estratégia é, como actividade, um meio para esse fim” (1988:221).



7. Estratégia e Diplomacia

De acordo com o General Cabral Couto, “a diplomacia é a arte de convencer sem empregar forças” (1988:81). Isabel Nunes refere que “compete à diplomacia a execução das directrizes formuladas pela política, no sentido de serem aplicadas em enquadramento de cooperação e acomodação, enquanto à estratégia diplomática cabe a execução das mesmas em situações de conflito, onde a coacção e a ameaça de emprego de meios violentos tem lugar” (1993:81).

8. Divisões da Estratégia

Segundo o critério das formas de coacção, do General Cabral Couto a estratégia pode ser dividida em: Estratégia Total, Gerais e Particulares.

Estratégia Total

À estratégia total cabe concretizar os fins da acção estratégica, à luz dos objectivos políticos, exercendo o controlo superior, corrigindo desvios que se venham a verificar. Passasse ao nível político e muitas vezes confunde-se com o nível político.

Estratégias Gerais

A cada estratégia cabe, com base na missão que lhe foi definida pela estratégia total, repartir e combinar as tarefas que deverão ser executadas nos diversos ramos de actividade do domínio considerado. Foram consideradas as seguintes componentes:

- Estratégia Política
- Estratégia Económica
- Estratégia Psicológica
- Estratégia Militar

Todavia, como salienta o General Beaufre, citado por Cabral Couto, “ (...) embora exista efectivamente uma Estratégia geral militar que procura combinar da melhor maneira as acções terrestres, aéreas e navais, não existe a noção de estratégia geral adaptada à área da política, à área económica, ou à área diplomática. É no entanto nestas áreas que a estratégia se pratica diariamente sem disso nos darmos conta” (1988:229).

Estratégias Particulares

As estratégias gerais podem se subdividir, de acordo com a natureza dos meios físicos e dos sectores a que se dirigem, em estratégias particulares. Assim podem-se considerar:

Na estratégia política, a política Interna, que visa a obtenção e melhoria dos recursos humanos; formação de cidadania para aumento das forças morais; detecção de aspirações (acção pedagógica para combater o laxismo); a diplomática, com a inserção na



comunidade internacional; relações com outros Estados da cena internacional.

Na estratégia económica: a produção, financeira, comércio externo. Recursos susceptíveis de aplicação estratégica; principais dependências do exterior; principais dependências de terceiros: recursos existentes.

Na estratégia psicológica: a informação pública, propaganda e contra-propaganda (1988:230).

Na estratégia militar: a terrestre, a marítima e a aeroespacial. Segundo o critério dos meios em estrutural (composição, organização e articulação dos meios), genética (invenção, concepção, obtenção dos meios) e operacional (emprego dos meios).

9. Neutralidade

De acordo com as regras gerais do direito sobre conflitos armados internacionais, todos os Estados que nele não desejem participar têm o direito de proclamar a sua neutralidade. As regras básicas desta forma de neutralidade constam na Declaração de Paris de 1856 sobre guerra marítima, do Tratado anglo-americano de Washington de 1851 e nas Convenções III e XIII de Haia de 1907 (Cunha, 1990:203 e 204).

Do ponto de vista do direito internacional, a neutralidade implica a não participação em situações de guerra, conduzindo à adopção de um estatuto jurídico baseado nos princípios de: abstenção de apoio directo ou indirecto a qualquer beligerante; impedimento se necessário pela força, de qualquer acção militar ou afim dos beligerantes ou dos seus agentes, que afecte a soberania de Estados neutrais; imparcialidade em relação aos Estados beligerantes, não fazendo restrições ou proibições discriminatórias ou concedendo benefícios a uns e não a outros (Nunes, 1993:121).



Apêndice 2 – Presidentes e Ministros da 1ª República, durante a IGM

1. Os Presidentes e 1º Ministros da 1ª República

A Primeira República Portuguesa (também referida como República parlamentar), foi o sistema político que sucedeu ao Governo Provisório de Teófilo Braga. Instável devido a divergências internas entre os mesmos republicanos que originaram a revolução de 5 de Outubro de 1910. Durante o período de 5 anos da I GM houve: 5 Presidentes da República e 12 governos.

a. Presidentes da República

- Manuel de Arriaga (1911-1915)-(Primeiro Presidente eleito)
- Teófilo Braga (1915)
- Bernardino Machado (1915-1917)
- Sidónio Pais (1917-1918)
- João do Canto e Castro (1918-1919)

b. Primeiros-ministros

- Bernardino Machado (9 de Fevereiro de 1914-12 de Dezembro de 1914)
- Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (12 de Dezembro de 1914-28 de Janeiro de 1915)
- Joaquim Pimenta de Castro (28 de Janeiro de 1915-14 de Maio de 1915)
- Junta Constitucional (14 de Maio de 1915-17 de Maio de 1915)
 - § José Norton de Matos, António Maria da Silva, José de Freitas Ribeiro, Alfredo de Sá Cardoso e Álvaro de Castro
- José Ribeiro de Castro (17 de Maio de 1915-29 de Novembro de 1915)
- Afonso Costa (29 de Novembro de 1915-16 de Março de 1916)
- António José de Almeida (16 de Março de 1916-25 de Abril de 1917)
- Afonso Costa (25 de Abril de 1917-8 de Dezembro de 1917)
- Sidónio Pais (8 de Dezembro de 1917-23 de Dezembro de 1918)
- João Tamagnini de Sousa Barbosa (23 de Dezembro de 1918-27 de Janeiro de 1919)
- José Relvas (27 de Janeiro de 1919-30 de Março de 1919)
- Domingos Leite (30 de Março de 1919-30 de Junho de 1919)

(Wheeler, 1978: 289 a 291)



Apêndice 3 – As Reformas militares da República

Desde os primeiros momentos que a República, contemplava a reforma da instituição militar nas suas prioridades. Tendo em conta não só a questão da modernização dos equipamentos e de armamentos, como também um instrumento militar que não pusesse em causa, antes permitisse, o desenvolvimento e a aceitação do regime republicano, uma vez que os “republicanos sabiam bem que as Forças Armadas não tinham defendido a Monarquia isso não significava que apoiassem a República” por isso a sua indiferença suscitava alguma preocupação (Teixeira, 2004a:22).

1. Exército

Assim, as reformas de 1911 reflectem estas intenções para o Exército: a instituição do serviço militar obrigatório, com a passagem de um exército permanente, como o da monarquia para um exército de milicianos de “nação em armas”, mais adequado aos ideais republicanos; prosseguir com a reorganização territorial, que vem acrescentar às seis divisões militares existentes durante a monarquia, mais duas, além dos comandos dos Açores e Madeira; separação entre a função de defesa nacional externa e a de ordem pública de segurança interna, com a criação da Guarda Nacional Republicana (GNR), como corpo especial para o patrulhamento rural em substituição do Exército, não tendo sido também alheio a sua função como um instrumento militar mais próximo do governo (Teixeira, 2004a:23); proceder ao rearmamento do exército, com a aquisição de armamento pesado e acompanhamento das inovações militares, tendo criado a Escola de Metralhadoras Pesadas reformulado o parque automóvel militar assim como a Aeronáutica Militar.

As reformas militares do Exército de 1911, que deveriam ser de fundo e numa perspectiva a longo prazo, duraram apenas dois anos e sem grande sucesso. O serviço militar obrigatório era uma máquina burocrática que convidava à falta e mantinha os níveis de cumprimento do serviço em números reduzidos. O modelo de exército de milicianos não reforçou a ligação civis-militares. A criação de um Exército de cidadãos-soldados e um corpo de oficiais milicianos formados na Escola Militar, conjugado com a manutenção de um corpo de oficiais conservador, a incapacidade de levar efeito a modernização prometida levou a que a relação ficasse mais aguda (Teixeira, 2004: 25). Na véspera de 28 de Junho de 1914 (assassinato em Sarajevo), discutia-se no parlamento o orçamento do Ministério da Guerra. O ministro aludia desta forma à pergunta se o exército tinha ou não condições



para assegurar a defesa nacional, “Não digo que tem pouco, não tem nada” (Teixeira, 1996:193), era o reforço da constatação que o adido militar inglês tinha referido nos seus relatórios sobre a inoperância do Exército Português “(...) nulo valor da infantaria portuguesa: mal treinada, infestada de doenças e comandada por oficiais descontentes com o Governo republicano, o exército é mais uma organização política que militar (...)”(Ramos, 2008:188).

2. Marinha

Quanto à Marinha, predominava o conceito da “esquadra-fortaleza”, primariamente orientada para a defesa do porto de Lisboa, e o apoio das “campanhas de pacificação” em África, deixando à Aliança luso inglesa a defesa do Império (Telo, 2003:31). No entanto, o programa naval da República segue o conceito do Segundo-Tenente Pereira da Silva⁵⁴, “Portugal deveria possuir uma esquadra com capacidade oceânica, capaz de impedir o bloqueio dos portos portugueses e assegurar a ligação Lisboa-Açores-Colónias” (Telo, 2003:32), o que, para concretizar este programa, seria necessário um orçamento que Portugal não dispunha, mesmo sacrificando a isso outros elementos de defesa, como o Exército, que ficaria apenas com armamento ligeiro e limitado a uma função interna e simbólica. Para solucionar a falta de verbas, a República tenta o apoio inglês para estas aquisições, tal como o que estava a suceder com a vizinha Espanha, mas os interesses ingleses não possibilitaram este apoio (Afonso, 2008: 55).

Quando a guerra começa, Portugal apresenta a aprovação pelas câmaras parlamentares de um programa naval, capaz de exercer uma acção oceânica no eixo Lisboa-Açores, tendo sido a grande esquadra que não saiu do papel (Telo, 2003: 33). A Marinha não está preparada para enfrentar as múltiplas missões que lhe estão cometidas: defesa dos portos contra ameaças de superfície e protecção das tropas expedicionárias para as colónias⁵⁵.

⁵⁴ Pereira da Silva defendia, que de nada servia uma Marinha assente em submarinos e torpedeiros, para defesa dos portos e ainda menos com canhoneiras e cruzadores para defesa das colónias, esta deveria antes possuir meios que dominassem o mar à semelhança das grandes potências, mas resumidas à escala nacional. “*Se Portugal não conseguisse ter esta capacidade, mais valia desistir de ter Armada*” (Telo, 2003:32).

⁵⁵ Os diversos governos procuram concretizar o programa, são construídos no Arsenal 3 contratorpedeiros, em 1913 é recebido o primeiro submarino fabricado em Itália e mais 3 em 1917, formando os quatro a primeira esquadrilha de submarinos portugueses, constituindo o principal elemento de defesa naval de Lisboa.



Apêndice 4 – A organização militar portuguesa durante a I GM

1. Exército

Em 1914, a estrutura e a organização do Exército Português estavam vocacionados mais para a defesa territorial do que para intervir além fronteiras. Com um quadro permanente de 2567 oficiais, estes asseguravam o normal funcionamento interno dos serviços das Unidades, bem como levar a cabo tarefas de recrutamento e mobilização.

Para se proceder a tais tarefas, o Território Nacional estava dividido em oito circunscrições de escalão Divisão no continente e dois Comandos Militares nas Ilhas; Madeira e Açores. O recrutamento e a mobilização efectuavam-se dentro das respectivas Divisões e Comandos, mesmo que isso significasse projectar forças para fora das suas áreas de actuação geográfica ou mesmo além fronteiras.

A organização territorial do Exército assentava em 8 Regimentos de Artilharia, 11 de Cavalaria, 35 de Infantaria, 8 Grupos de Metralhadoras (escalão Batalhão) e 2 Baterias de Metralhadoras Independentes (escalão Companhia), uma no Funchal e outra em Angra do Heroísmo. O Exército mantinha um quadro permanente de oficiais, com a missão de assegurar o normal funcionamento dos serviços internos das Unidades, cujo efectivo não era o suficiente. Foi necessário recorrer ao recrutamento de oficiais milicianos para determinados serviços e armas, nomeadamente para o Serviço de Saúde Militar. Portugal tinha entre 1911 e 1914, um exército mais vocacionado para a defesa do território nacional do que preparado para uma intervenção além fronteiras.

2. O Exército colonial

A República mantinha o sistema Monárquico para a organização do Exército colonial, com companhias indígenas isoladas e com enquadramento metropolitano. Quando necessário eram enviadas da Metrópole expedições militares. No início da I GM quando os alemães atacam o Sul de Angola e o Norte de Moçambique, foi necessário utilizar este método, recorrendo à mobilização na Metrópole de forças com pouca preparação e mal adaptadas às condições climatéricas das regiões em que iam combater (Matos, 2004:129).

3. Marinha

Em Janeiro de 1911, três meses após a proclamação da República, o Governo Provisório de Teófilo de Braga nomeia uma comissão constituída por 40 oficiais da Armada, com o objectivo de preparem um plano naval, que ficaria conhecido como o



Programa Naval da República.

Tendo por premissa, o eixo Lisboa – Açores, seria o pilar das operações navais da esquadra portuguesa no Atlântico. O resultado desta comissão para o Programa Naval da República é apresentado pelo Tenente Pereira da Silva, tendo sido discutido e aprovado pelas Câmaras em 26 de Julho de 1912, consistia essencialmente no seguinte: Uma Esquadra dividida em dois corpos de batalha, em que cada um dos corpos deveria ter um núcleo de 3 Couraçados de 20000 Ton. Sendo o eixo Lisboa – Açores o pilar das operações navais no Atlântico, a Esquadra deveria actuar a partir dos portos de Lisboa e da Horta e ser constituída por 6 grandes couraçados de 20000 Ton, com 10 peças de 305 mm, 3 cruzadores de 3500 Ton, 12 contra-torpedeiros de 830 Ton, 6 submarinos de 370 Ton, 2 torpedeiros e navios auxiliares. Tudo isto a ser concretizado num prazo de três anos.

O Governo de Teófilo de Braga pretendia assim, recuperar o domínio do Atlântico, entretanto perdido em detrimento da Inglaterra, garantir os direitos de Portugal sobre as colónias em África, vencer a corrida naval com Espanha e robustecer o reconhecimento internacional da jovem República Portuguesa.

Por si só, Portugal não tinha a mínima capacidade tecnológica e financeira para a realização de tão soberbo programa. Para tal, teria de obter inequivocamente o apoio da Inglaterra, recorrendo a empréstimos e assistência técnica, a começar pela remodelação do Arsenal da Marinha, tal como a Espanha já estava a fazer-lo. A Inglaterra, por ser a potência naval da época e por querer manter esse estatuto hegemónico, entre outras razões, não apoiou o programa naval, remetendo definitivamente a Esquadra Portuguesa para o papel. Mesmo que fosse possível concretizar tal programa, isso implicaria canalizar a maioria dos recursos militares do país só para a Armada.

Entretanto, em 1912, chega a Portugal o primeiro submarino – O Espadarte e entra ao serviço nesse mesmo ano. Estava equipado com motores diesel da Fiat a dois tempos. Foi construído em Itália nos Estaleiros de Spezia. O Espadarte havia sido encomendado em 1910 aos estaleiros de Spezia, em Itália a título experimental, com um custo de 100 contos. Concretizava-se assim uma apologia há muito defendida, o de a Armada possuir submarinos.

Fizeram-se exercícios navais para testar a capacidade deste novíssimo meio naval e obtiveram-se resultados de tal forma satisfatórios que o Governo Português autoriza a encomenda de mais três submarinos aos mesmos estaleiros. São encomendados em Dezembro de 1915 e, mesmo apesar das hostilidades, são entregues e aumentados ao efectivo da Armada em Outubro de 1917. Seriam baptizados de Foca, Golfinho e Hidra.



Portugal possuía, pela primeira vez, uma esquadrilha de submarinos, que baseada, na doca de Belém, seria o principal pilar da defesa naval do estuário do Tejo. Em 1913, entra ao serviço o Destroyer Douro, equipado com turbinas a vapor e em 1915 o Destroyer Guadiana, ambos construídos no Arsenal da Marinha, constituindo assim, conjuntamente com os submarinos, os meios navais mais modernos na Armada Portuguesa.

4. A Aeronáutica Militar

A Escola de Aeronáutica Militar foi criada por lei em 14 de Maio de 1914. No entanto, não havia meios humanos nem materiais para fazê-la sair do papel. Só em Agosto de 1915, o Ministro da Guerra, Norton de Matos abre concurso para oficiais do Exército e da Armada para tirarem cursos de aeronáutica no estrangeiro (Matos, 2004:132). O primeiro curso ministrado na Escola Aeronáutica aconteceu já em finais de 1916, tendo sido a base para a constituição da esquadrilha de aviação do CEP.

Por dificuldades de fornecimento de aeronaves por parte dos ingleses e das alterações políticas entretanto verificadas em Portugal com o golpe de Sidónio Pais, a esquadrilha é mandada regressar a Portugal. Contudo, alguns pilotos não acatam, a ordem preferindo ser incorporados e combater nas unidades de aviação francesas. Com parte dos pilotos regressados a Portugal, organizou-se a Esquadrilha Expedicionária a Angola, isto nos fins de 1917, com o objectivo de defender aquela possessão das investidas alemãs.



Apêndice 5 – A organização do Corpo Expedicionário Português

A ideia de constituir um Corpo Expedicionário surgiu entre os membros do governo e do Estado-Maior do Exército já depois de realizadas as manobras de Tancos em Julho de 1916. Tencionava-se enviar para França, em 1914, uma divisão.

Após a declaração de guerra, e quando já se tinha mobilizado a 1ª Divisão, iniciou-se o estudo para a constituição da divisão a enviar para França: estava-se no mês de Outubro de 1916 e, pela primeira vez admitia-se designar o contingente como Corpo Expedicionário (Fraga, 2003:283).

A 5 de Dezembro de 1917, Norton de Matos, Ministro da Guerra, define a constituição do Corpo e determina que se começasse a preparar um 2º Corpo, estabelecendo que, a partir de 17 de Março de 1917, se concentrasse em Tancos de modo a estar pronto para embarcar a partir de Junho. Este despacho ministerial contemplava a preparação de um 3º Corpo, a mobilização equivaleria a quatro divisões, cerca de 100 000 homens (Fraga, 2003:284).

A primeira dificuldade em constituir uma força com esta dimensão residia sobretudo no preenchimento de algumas especialidade e funções de comando. A segunda complicação tinha a ver com os materiais disponíveis que só permitiam equipar uma divisão, ficando dependente do fornecimento de equipamento por parte dos ingleses.

Face a estes condicionalismos, a organização do CEP teria que ser mais comedida e, com o aval inglês (1ª Convenção Militar Luso-Britânica de Janeiro de 1917), passaria a ser a seguinte: 1 Quartel-general do Corpo; 3 Brigadas a 2 Regimentos de Infantaria, sendo cada Regimento composto por 6 Batalhões de Infantaria; 4 Grupos de metralhadoras; 4 Grupos de baterias de tiro tenso e mais 4 de tiro curvo; 1 Grupo de esquadrões de cavalaria; 6 baterias de morteiro ligeiro e 3 de morteiro médio; 4 Companhias de Sapadores; 4 secções de Pontes; 4 secções de telegrafistas (com e sem fios). Faziam também parte desta constituição uma estrutura base composta por diversos depósitos não só de materiais, equipamentos e fardamento, mas também de remonta e depósitos das diversas armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e um misto), que possibilitavam o re completamento de pessoal (Fraga, 2003:287).

O CEP estaria sob comando do General Tamagnini de Abreu e Silva. Esta estrutura e organização do CEP reflectem o conhecimento, sobretudo britânico do conceito de emprego de uma unidade deste género no tipo de operações que se desenvolviam nos campos de batalha na Europa. Este terá sido um dos factores para que a divisão apareça



reforçada principalmente em unidades de artilharia, morteiros e metralhadoras.

No total, a Divisão tinha um efectivo de 1551 oficiais, 38 034 sargentos e praças. Com cerca de 1800 viaturas hipomóveis, 395 viaturas e cerca de 12 000 solípedes (Fraga, 2003:288). Para colmatar a falta de equipamentos, nomeadamente, viaturas para transporte de munições, viaturas de transporte de pessoal, viaturas para transporte de feridos, pistolas, instrumentos cirúrgicos e outro material diverso, foi necessário proceder a aquisições de última hora ao estrangeiro, ou garantir o apoio por parte britânica.

Quanto ao fardamento individual, o conhecimento demonstrado na organização da força para o TO europeu, não se revelou da mesma forma na adequação das botas, dos agasalhos, na roupa interior e nos tecidos para as condições climatéricas e de terreno bastante adverso que os militares tiveram que enfrentar (Fraga, 2003:288). Em Fevereiro de 1917, sob proposta do Comandante do CEP e aceite pelo poder político português e com o acordo britânico, o CEP passaria a estar organizado a duas divisões, com um total e efectivos de 55 000 homens (Teixeira, 2004a:27).



Apêndice 6 – Entrevistas realizadas

Com o objectivo de complementar a investigação realizada para a elaboração deste trabalho, procedeu-se a um conjunto de entrevistas com personalidades idóneas, que têm conhecimentos e desenvolveram trabalhos no âmbito desta problemática.

Ao dar cumprimento à NEP n.º 218 do IESM (apêndices 12 páginas), não é possível apresentar as respostas decorrentes das entrevistas realizadas, tendo-se optado por transcrever e referenciar no texto as partes mais importantes.

a. Lista de Entrevistados

Professor Doutor António José Telo, realizada em 6 de Abril de 2009.

Coronel de Artilharia Aniceto Afonso, realizada em 29 de Abril de 2009.

Professor Doutor Fernando Rosas, realizada em 4 de Maio de 2009.

b. Guião de entrevista utilizado

- Que factores estiveram presentes na I GM que influenciaram a entrada na IGM no Teatro de Operações Europeu?
- Quais os objectivos políticos conduziram à estratégia de participação portuguesa na I GM?
- De que forma Portugal se organizou, preparou e conduziu a sua presença militar na I GM?
- Que factores estiveram presentes na II GM que influenciaram a declaração e manutenção da neutralidade?
- Quais foram os objectivos políticos do Estado durante a neutralidade portuguesa na II GM?
- Como se organizou militarmente Portugal no decorrer da II GM?
- Podemos hierarquizar os factores, afirmar que por exemplo as questões internas se sobrepuseram às externas?
- Que objectivos político determinaram uma estratégia dissemelhante de Portugal perante as duas guerras mundiais do século XX e como foi operacionalizada?